



ARTHUR MORAES GOMES

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO, SÓCIO-CULTURAL E
PAISAGÍSTICO DO LARGO DAS MERCÊS EM
TIRADENTES, MINAS GERAIS**

**LAVRAS-MG
2021**

ARTHUR MORAES GOMES

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO, SÓCIO-CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO
LARGO DAS MERCÊS EM TIRADENTES, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal, para a obtenção do título de Mestre.

Prof^ª. Dra. Michele Valquíria dos Reis
Orientador (a)

**LAVRAS-MG
2021**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Gomes, Arthur Moraes.

Levantamento histórico, sócio-cultural e paisagístico do Largo
das Mercês em Tiradentes, Minas Gerais / Arthur Moraes Gomes. -
2021.

75 p. : il.

Orientador(a): Michele Valquíria dos Reis.

Coorientador(a): Patrícia Duarte de Oliveira Paiva.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Jardim histórico. 2. Áreas verdes urbanas. 3. Paisagismo. I.
dos Reis, Michele Valquíria. II. de Oliveira Paiva, Patrícia Duarte.
III. Título.

ARTHUR MORAES GOMES

**LEVANTAMENTO HISTÓRICO, SÓCIO-CULTURAL E PAISAGÍSTICO DO
LARGO DAS MERCÊS EM TIRADENTES, MINAS GERAIS**

**HISTORICAL, SOCIO-CULTURAL AND LANDSCAPE SURVEY OF LARGO DAS
MERCÊS IN TIRADENTES, MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia, área de concentração em Produção Vegetal, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de agosto de 2021.

Dra. Cristiane Maria Magalhães

Dra. Cecília Sousa Gontijo Garcia

CESEP

UNILAVRAS

Prof^ª. Dra. Michele Valquíria dos Reis
Orientadora

Prof^ª. Dra. Patrícia Duarte de Oliveira Paiva
Coorientadora

**LAVRAS-MG
2021**

*Agradeço a minha mãe, meu irmão e familiares que, com muito
amor, me ajudaram nos momentos difíceis.*

*Aos professores, que com muita paciência e dedicação
me orientaram e não deixaram de acreditar.*

*A minha companheira de vida que, com seu amor incondicional,
me deu forças para continuar.*

*A meu pai, que mesmo em outro plano, segue junto a mim
na jornada da vida.*

Aos grandes amigos, que sonharam juntos.

*A todos que oraram a Deus
por mim em mais uma etapa.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

À Universidade Federal de Lavras e ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia, pela oportunidade de realização do mestrado.

À professora Dra. Michele Valquíria dos Reis, pela paciência, compreensão, orientação, dedicação, atenção, amizade e incentivo durante todo o mestrado. Sem o seu apoio, nada seria possível.

À professora Dra. Patrícia Duarte de Oliveira Paiva, pela coorientação, conselhos e dedicação para contribuir em minha formação.

Aos amigos do grupo Horto Botânico da Universidade Federal de Lavras, pelo companheirismo, amizade e apoio em todas as atividades.

Aos companheiros do grupo de pesquisa NEPAFLOR, pela conhecimentos passados e ajuda na pesquisa.

Aos tiradentinos, Márcia Heliane Gomes, Leonor Gomes, Luiz Antônio da Cruz e Olinto Rodrigues do Santos Filho, pelas entrevistas concedidas e contribuição na pesquisa.

À minha mãe, Roseli de Moraes Gomes, pelo amor, afeto e incentivo durante toda minha formação. Ao meu irmão, Gabriel Carvalho de Moraes Gomes, pelo companheirismo e ajuda.

Ao meu falecido pai, Marcelo Gomes, que mesmo estando em um plano diferente do nosso, me dá forças para seguir em frente e continuar sonhando.

Às minhas avós, Terezinha Carvalho e Maria José Gomes, que nunca deixaram de acreditar e me apoiaram em todos os momentos. A todos os familiares.

À minha companheira de vida, Marcela de Azevedo Masala, que sonha junto comigo e me fortalece cada vez mais.

A todos os amigos que sempre me incentivaram e não deixaram de acreditar.

A todos que oraram a Deus para que iluminasse meu caminho.

Eterna gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para que o sonho se tornasse realidade!

RESUMO

O núcleo populacional que daria origem à atual cidade de Tiradentes-MG surgiu em 1702 a partir da descoberta de ouro na região do Rio das Mortes pelos exploradores que cruzavam os caminhos da Estrada Real. Durante o processo de urbanização, praças e largos foram construídos e, hoje, por fazerem parte da história, são considerados como parte do patrimônio da cidade. Chamados de Jardins Históricos e, comum em cidades coloniais mineiras, estes espaços ajardinados fortalecem a memória e a identidade da população e ainda contribuem para o aumento da qualidade de vida. Considerando a importância dos jardins históricos, objetivou-se nesta pesquisa estudar a evolução histórica, sócio-cultural e paisagística do Largo das Mercês, a fim de verificar as transformações morfológicas e as representações do espaço para a cidade de Tiradentes. Para realizar a pesquisa, foi feita a análise subjetiva em conjunto com a análise inventiva, sob aporte de técnicas de conservação e preservação de jardins históricos. Assim, foi feito um levantamento documental em conjunto com uma pesquisa bibliográfica e iconográfica. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo onde foram realizadas entrevistas com pessoas ligadas às pesquisas de patrimônio material e imaterial de Tiradentes. As espécies vegetais encontradas ao longo da história do largo foram identificadas com base nos relatos, documentos e iconografias. A junção dos dados nos permitiu traçar o processo histórico e identificar as transformações no espaço do Largo das Mercês. Pela presença da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e por estar próximo a saída da cidade, o largo foi usado para práticas religiosas e principalmente como local de passagem até o século XIX. Em um processo lento de ocupação, ele se transformou em uma grande área verde urbana no centro de Tiradentes e desde a sua origem é utilizado para diferentes práticas sociais. Idealizado por Roberto Burle Marx, o primeiro projeto paisagístico no Largo das Mercês foi implantado no final do século XX. Desde a sua origem, ele se manteve em sua forma clássica: um grande gramado com espécies arbóreas compondo a paisagem e com poucas modificações no espaço ao longo do tempo. O largo possui um estilo único e é, atualmente, um dos principais pontos turísticos de Tiradentes.

Palavras-chave: Jardim histórico. Áreas verdes urbanas. Paisagismo. Estrada Real.

ABSTRACT

The population nucleus that would give rise to the current city of Tiradentes-MG emerged in 1702 from the discovery of gold in the Rio das Mortes region by explorers who crossed the roads of the Estrada Real. During the urbanization process, squares and squares were built and, today, because they are part of history, they are considered part of the city's heritage. Called Historic Gardens and, common in colonial cities in Minas Gerais, these landscaped spaces strengthen the population's memory and identity and also contribute to an increase in the quality of life. Considering the importance of historic gardens, this research aimed to study the historical, socio-cultural and landscape evolution of Largo das Mercês, in order to verify the morphological transformations and representations of space for the city of Tiradentes. To carry out the research, a subjective analysis was carried out in conjunction with an inventive analysis, using techniques for the conservation and preservation of historic gardens. Thus, a documental survey was carried out together with a bibliographical and iconographic research. In addition, field research was carried out, where interviews were carried out with people linked to research on the material and immaterial heritage of Tiradentes. The plant species found throughout the history of the square were identified based on reports, documents and iconographies. Combining the data made it possible to trace the historical process and identify the transformations in the space of Largo das Mercês. Due to the presence of the Church of Nossa Senhora das Mercês and for being close to the city's exit, the square was used for religious practices and mainly as a place of passage until the 19th century. In a slow process of occupation, it turned into a large urban green area in the center of Tiradentes and since its origin it has been used for different social practices. Conceived by Roberto Burle Marx, the first landscaping project at Largo das Mercês was implemented at the end of the 20th century. Since its origin, it has remained in its classic form, a large lawn with arboreal species composing the landscape and with few changes in space over time. The square has a unique style, and is currently one of the main tourist attractions in Tiradentes.

Keywords: Historic Garden. Urban green areas. Landscaping. Royal Road.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caminho velho da estrada real.....	16
Figura 2 - Mapa estrada real com a localização de Tiradentes-MG.....	17
Figura 3 - Mapa com a localização de Tiradentes no Brasil e no estado de Minas Gerais.	27
Figura 4 - Localização do Largo das Mercês.	28
Figura 5 - Igreja de Nossa Senhora das Mercês no final da primeira metade do século XX com a luz elétrica já instalada.	36
Figura 6 - Trajeto percorrido pelos habitantes de Tiradentes no século XVIII para chegar à área de mineração.	38
Figura 7 - Casa de Mário Mendonça Filho (A) ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Casa de Dona Leonor (B) ao entorno do Largo das Mercês.	39
Figura 8 - Casa de Dona Rosena (A) e Casa do século XIX (B).....	40
Figura 9 - Procissão do Depósito passando pelo Largo das Mercês em 2018.	41
Figura 10 - Vista frontal do Largo das Mercês em 1930 com as primeiras espécies vegetais observadas no espaço.....	43
Figura 11 - Valetas para drenagem da água pluvial no Largo das Mercês em 2021.....	45
Figura 12 - Largo das Mercês no início de 1970 com o gramado danificado (A), a Mangueira desenvolvida, o novo casario do largo e a Sibipiruna (B).	46
Figura 13 - Largo das Mercês no final da década de 1970 com a Sibipiruna, um exemplar arbustivo e as Casuarinas.	47
Figura 14 - Largo das Mercês no final da década de 1970 com o Cinamomo, o Flamboiã e copas arbóreas entrelaçadas.	47
Figura 15 - Proposições paisagísticas feitas pela Fundação João Pinheiro em 1978.	49
Figura 16 - Jardim de plantas ornamentais com Rosas e Espadas-de-São-Jorge no Largo das Mercês em 1981.....	50
Figura 17 - Largo das Mercês em 1980 (A) e Largo das Mercês nas concepções de Roberto Burle Marx (B).	52
Figura 18 - Projeto paisagístico original de Roberto Burle Marx para o Largo das Mercês de 1980.	55
Figura 19 - Projeto de drenagem elaborado para o Largo das Mercês em 1984.	56
Figura 20 - Novo traçado da rua em frente à igreja de Nossa Senhora das Mercês (1984).	57
Figura 21 - Largo das Mercês em janeiro de 1986 após a conclusão do projeto paisagístico com as mudas protegidas (A) e espécies arbóreas de grande porte.....	58

Figura 22 - Largo das Mercês em 1991 com os piquetes de cimento e espécies do projeto paisagístico de 1986.	59
Figura 23 - Largo das Mercês em 1996 com a nova calçada de lajes de arenito e a nova iluminação com postes em modelo colonial.	60
Figura 24 - Tenda circense instalada no Largo das Mercês para sediar a 1º Mostra de Cinema de Tiradentes em 1998.....	63
Figura 25 - Escultura de Paulo Lender (A) e escultura de Marcos Coelho Benjamim (B) em 1999 no 2º Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes.	64
Figura 26 - Estacionamento de carros no carnaval de 1998 (A) e acampamento no gramado no Bike Fest de 2001 (B).....	65
Figura 27 - Banco feito com madeira e ferro.....	65
Figura 28 - Diferentes perspectivas do Largo das Mercês em 2020.	68
Figura 29 - Mudas danificadas de Palmeira Jerivá.....	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	A Estrada Real e o Caminho Velho	14
2.2	A cidade de Tiradentes – MG	17
2.3	Jardins Históricos	19
2.4	Áreas Verdes Públicas	23
2.4.1	Praças	25
3	MATERIAL E MÉTODOS	27
3.1	Local de estudo	27
3.2	Resgate histórico e evolução do Largo das Mercês	28
3.2.1	Metodologia Patchwork Quilt	30
3.2.2	Etapas da pesquisa	32
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1	A Igreja de Nossa Senhora das Mercês e a origem do Largo das Mercês	34
4.2	O Largo das Mercês entre o final do século XVIII e o século XIX	36
4.2.1	As primeiras práticas religiosas no Largo das Mercês (século XIX)	41
4.3	O Largo das Mercês no século XX	42
4.3.1	O primeiro projeto paisagístico implantado no Largo das Mercês	51
4.3.2	Uso e apropriação do Largo das Mercês	61
4.4	O atual Largo das Mercês	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Inserida no Caminho Velho da Estrada Real, a cidade de Tiradentes faz parte da região Sudeste do Brasil, mais precisamente na sub-região conhecida como Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. O município está localizado a 190 km da capital mineira Belo Horizonte e tem como principal via de acesso as rodovias BR-381, BR-040, BR-383 e BR-265¹. A partir da criação e consolidação dessas rodovias, tornou-se mais fácil o acesso ao município e, conseqüentemente, a prática do turismo de pessoas vindas de regiões vizinhas (CAMPOS, 2018).

De forma tímida, Tiradentes começou a ter o turismo como atividade econômica nas décadas de 1960 e 1970, mas é só a partir dos anos 80 com a criação da Sociedade dos Amigos de Tiradentes (SAT), a qual tinha como objetivo a restauração dos casarões coloniais, que a cidade passou a viver do turismo. Atividade ainda mais forte nos dias de hoje, as pessoas vão à Tiradentes para visitar os casarões coloniais, desfrutar dos atrativos naturais, apreciar a tradicional culinária mineira, comprar artesanatos e, principalmente, para relaxar e contemplar as clássicas paisagens, típicas das cidades coloniais mineiras (CAMPOS, 2013).

Com diferentes atrativos turísticos em Tiradentes, as estruturas pertencentes ao patrimônio arquitetônico da cidade ganham maior destaque, como por exemplo igrejas, casarões da época colonial, museus e variados pontos culturais de visitação (CAMPOS, 2018). Para além desses, o município ainda é contemplado com praças e largos públicos, que são frequentados por moradores e turistas e apresentam diferentes formas de uso. Fazendo parte da cidade desde a sua formação e contribuindo com o fortalecimento da memória e identidade da sociedade, esses espaços são considerados jardins históricos.

O jardim histórico é compreendido como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público” e, portanto, deve ser considerado um monumento (CARTA DE FLORENÇA, 1981; PAIVA; SOUSA E CARCAUD, 2020). Além disso, eles remetem a manifestações culturais do seu tempo e em razão da presença dos elementos naturais, esses espaços estão em constante evolução e transformação (ANDRADE, 2008). Pela sua importância, os jardins sempre ocuparam papel significativo para as civilizações ao longo da história, tendo para cada uma delas uma finalidade diferente, além dos seus inúmeros benefícios para a população, como redução de temperatura, conservação do solo, redução de estresse, entre tantos outros (PAIVA, 2020). Ademais, as

¹ Informações retiradas do portal Tiradentes.Net: o portal de Tiradentes e região.

contribuições desses espaços ajardinados de interesse histórico vão além do reconhecimento e da difusão de importantes amostras de áreas verdes: eles auxiliam no desenvolvimento de uma consciência de respeito pelo meio ambiente por parte de seus usuários (ANGELIS E NETO, 2004), além de representarem e fortalecerem a “memória e a identidade de um tempo, de um lugar e de um povo” (MAGALHÃES, 2015, p. 50).

Mesmo com a importância e os benefícios que esses ambientes proporcionam para a sociedade, os jardins históricos não acompanharam a evolução das técnicas de preservação quando comparados a outras áreas de preservação (MAGALHÃES, 2015). Deixados em segundo plano por um grande período, criou-se uma ideia de que a conservação dos edifícios ao entorno dos jardins é muito mais relevante que a conservação das próprias áreas ajardinadas (RUBINO, 1996; TREITLER, 2010).

Ainda que nos últimos anos as pesquisas sobre a temática tenham aumentado, se compararmos o Brasil com países da Europa e os Estados Unidos, o número de estudos sobre jardins históricos no país ainda se encontram em desvantagem (ANDRADE E TERRA, 2016). Além disso, esse cenário também se repete se considerarmos pesquisas que discorrem sobre os jardins históricos da cidade de Tiradentes, sendo encontrado um estudo referente à praça central da cidade, conhecida como Largo das Forras (ALVES; GARCIA E PAIVA, 2013). Sendo assim, esta pesquisa se justifica pela carência de trabalhos que estudam os jardins da época colonial do município e pela importância e necessidade da valorização das áreas verdes urbanas para as futuras gerações, possibilitando assim, uma consciência coletiva de preservação do patrimônio. Além disso, pesquisas que abordam a temática de jardins históricos são necessárias para desenvolver técnicas de manutenção e preservação, intervir no espaço de acordo com as necessidades da comunidade, melhorar a qualidade de vida e valorizar a área ao seu redor.

Tendo em vista as reflexões aqui desenvolvidas, objetivamos por meio deste estudo investigar a evolução histórica, sócio-cultural e paisagística do Largo das Mercês, a fim de identificarmos, ao longo da história, suas funcionalidades, suas transformações e suas representações para os moradores e turistas de Tiradentes. Por fim, acreditamos que por meio desta pesquisa, outras futuras possam ser fomentadas na área de preservação de patrimônio histórico cultural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Estrada Real e o Caminho Velho

Os portugueses chegaram em terras brasileiras com a expectativa de encontrar uma grande quantidade de riquezas no, até então, inexplorado território. Com as notícias vindas da Espanha sobre a descoberta de prata e ouro em regiões não muito distantes do litoral sul-americano, a Corte portuguesa criou ainda mais esperanças de encontrar pedras preciosas, ouro e prata no interior da nova colônia. Sem conhecer o real tamanho do território e também para se defender de constantes investidas de tropas francesas, holandesas e inglesas, os portugueses se limitaram a explorar apenas as regiões próximas à costa durante aproximadamente duzentos anos. Neste intervalo de tempo, mesmo com as dificuldades, os colonizadores ainda conseguiram realizar algumas expedições em direção ao interior do Brasil, desbravando o território e contribuindo com a difusão de notícias sobre as riquezas existentes em terras brasileiras. Essas expedições, mesmo sem demarcar os caminhos, gerou ambições e encorajou os colonizadores a desbravar ainda mais o interior da colônia em busca de riquezas e reconhecimento perante à Corte portuguesa (COSTA, 2009).

A partir da segunda metade do século XVI, com o aumento de entradas em direção ao interior do continente, os caminhos para explorar os lugares mais distantes da costa começaram a ser construídos. Nas expedições, era comum os colonizadores guiarem-se pelas serras evitando cruzar as matas fechadas. Na maioria das vezes eles seguiam as trilhas feitas pelos povos indígenas e quando estas estavam em falta, eles continuavam o caminho junto à margem dos rios. Desta forma, a partir do início do século XVII, ainda fazendo uso contínuo das trilhas demarcadas pelos índios, as estradas foram sendo construídas mostrando uma íntima ligação com as riquezas existentes no interior do Brasil. Foi então que, no início do século XVIII, já eram pelo menos dois os caminhos oficiais que levavam os exploradores às cobiçadas minas da região que, atualmente, é conhecida como o estado de Minas Gerais. Além das estradas oficiais, existiam inúmeros caminhos que levavam os desbravadores às minas e, com isso, surgiam muitos descaminhos do ouro e diamante produzidos. Com o objetivo de evitar esses descaminhos, o governo da metrópole ordenou que toda riqueza produzida nas Minas Gerais saísse da região apenas pelos caminhos oficiais. Dessa maneira, essas estradas passaram a ser vigiadas e receberam a denominação de *Estrada Real* (COSTA, 2009).

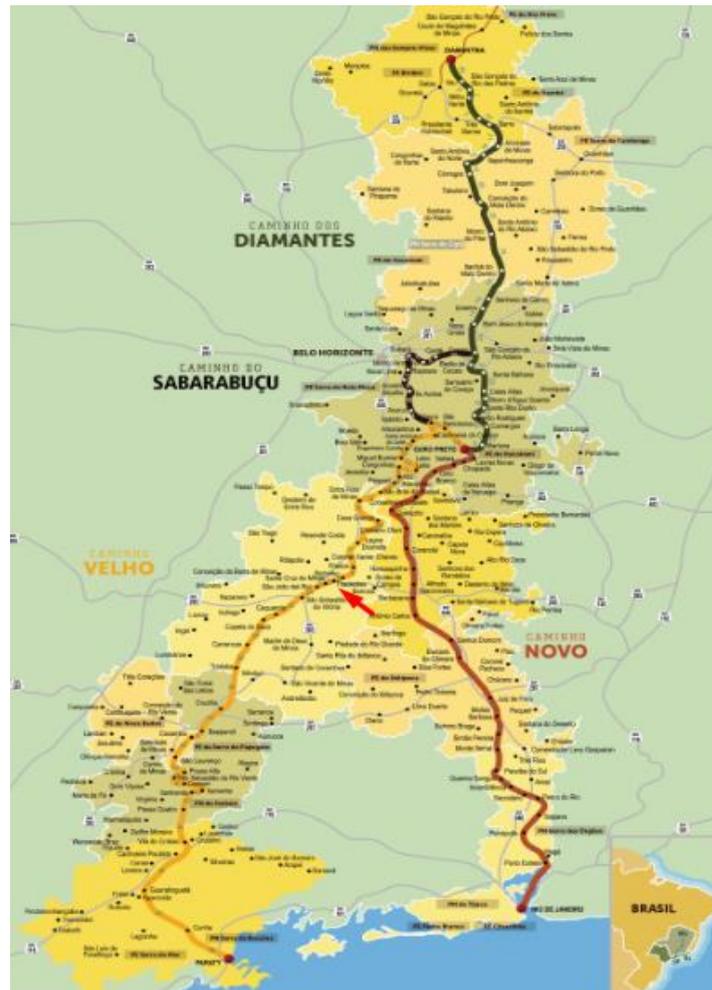
No século XVIII, a Estrada Real teve uma grande importância no processo de ocupação do interior do Brasil, concebendo frutos que até hoje contribuem com o progresso social e

econômico do país, principalmente dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (CALAES; OLIVEIRA, 2009). Dos caminhos oficiais, um deles ficou conhecido como Caminho Velho, o qual se iniciava no porto de Paraty, a aproximadamente 180 km do Rio de Janeiro e, devido à sua importância, diversas cidades, vilas e povoados foram surgindo ao longo de sua rota. No estado de Minas Gerais, importantes cidades históricas como Ouro Preto, São João del-Rei e Tiradentes estão inseridas neste percurso (CALAES; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Carvalho (2010), o Caminho Velho é o mais antigo e também o maior dos percursos da Estrada Real. Tinha como objetivo realizar a ligação entre o porto de Paraty, no estado do Rio de Janeiro e as minas existentes no interior do território brasileiro, onde seguia até a cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Este caminho teve um uso intenso por parte dos mineradores e mercadores, os quais abasteciam as vilas do estado mineiro, principalmente, pelo deslocamento das produções de ouro e diamante (CARVALHO, 2010). As pessoas que seguiam por esse caminho enfrentavam inúmeras adversidades. Em relação à duração da travessia, Costa (2009, p. 17) afirma que “Pelo Caminho Velho alcançava-se Ouro Preto ou a região do Rio das Velhas, após uma média de 74 dias de viagem, a partir de São Paulo. Do Rio de Janeiro, passando por Paraty, gastava-se 73 dias, sendo 35 de jornada e 38 de paradas”.

Atualmente, de acordo com o Instituto Estrada Real (2021), é considerado como Caminho Velho o trajeto que sai de Paraty e vai até a cidade de Ouro Preto, totalizando 710 km entre estradas de asfalto, de terra, estradas com calçamento e trilhas. Durante o percurso, os turistas se deparam frequentemente com a cultura típica de Minas Gerais, encontrando atrativos como a rica arquitetura colonial de Ouro Preto, a tradicional gastronomia da cidade histórica de Tiradentes, além do famoso Circuito das Águas (FIGURA 1).

Figura 2 - Mapa estrada real com a localização de Tiradentes-MG.



Fonte: Instituto Estrada Real (2021)

2.2 A cidade de Tiradentes – MG

A cidade histórica de Tiradentes é um dos municípios inseridos no Caminho Velho da Estrada Real. Fazendo uso do antigo caminho, os bandeirantes, ainda no século XVII, cruzavam os territórios de Minas Gerais em busca de povos indígenas para escravizar e pelo anseio da descoberta de riquezas. Instigados em descobrir a serra resplandecente de pedras verdes, os primeiros povoados começaram a se formar nos territórios das Gerais. Dentre os diferentes locais que foram cruzados pelas bandeiras, um deles foi a região do Rio das Mortes. Nas últimas décadas do século XVII, o bandeirante Fernão Dias Paes, atravessando o Rio das Mortes, deixou vestígios de civilização. Por volta de 1700, um dos exploradores estabeleceu um ponto de pedágio para a travessia do Rio das Mortes. O cobrador do pedágio era Thomé Portes del-Rey, no local denominado até os dias de hoje como Porto Real da Passagem (SANTOS FILHO, 2010).

Em 1702, pela descoberta de jazidas auríferas nas encostas da Serra de São José pelo taubateano João de Siqueira Afonso, nasceu um arraial com sua capela dedicada a Santo Antônio, o Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes. Posteriormente, em 1704, este mesmo arraial ficou conhecido como Arraial Velho do Rio das Mortes (SANTOS FILHO, 2010).

Durante a década de 1710, com o desenvolvimento do povoado, os homens mais influentes da freguesia entraram com uma petição para que o arraial fosse instituído à vila. A primeira solicitação não foi bem sucedida. Porém, em uma nova petição enviada ao Conde de Assumar, que assumiu o governo da capitania em 1716, teve despacho favorável em 19 de janeiro de 1718. Em homenagem ao príncipe D. José, o futuro Rei de Portugal, a vila foi fundada recebendo o nome São José. Após a criação da Vila de São José, muitas queixas foram feitas pela Câmara de São João del-Rei, vila vizinha de São José. No entanto, em 12 de janeiro de 1719, o rei confirmou a criação da vila através de seu Conselho Ultramarino, sob a condição de que não fossem criadas outras vilas (SANTOS FILHO, 2015).

Até o final do século XVIII, o ouro era em abundância na Vila de São José, grandes jazidas de ouro foram descobertas e edificações foram construídas. Construções como a Igreja de Nossa Senhora da Santíssima Trindade, Matriz de Santo Antônio, Chafariz e a Ponte de Pedra foram erguidas delimitando as extremidades da vila (núcleo setecentista). A região das minas auríferas ficou afastada do núcleo básico de formação da vila, ficando conhecida como “espaço de produção” (IPHAN, 2005).

No decorrer do século XIX, as minas já não produziam mais como antes, o ouro se tornou raro e a Vila de São José entrou em decadência. Durante este período, a vila passou a se manter quase que predominantemente da agricultura, permanecendo no local poucas pessoas que se dedicavam à mineração (CAMPOS, 2018). A fase de pobreza e estagnação fez com que a Vila de São José perdesse o status de vila entre 1848 e 1854 e para voltar ao posto de vila foi necessária uma nova estrutura urbanística (IPHAN, 2005). Em 1881, foi inaugurada uma estrada de ferro que ligava a cidade ao restante da Província, alterando a organização da cidade que se expandiu para próximo das instalações da ferrovia (CAMPOS, 2013).

O escritor e jornalista Antônio Silva Jardim chegou em São José e, na própria estação de trem inaugurada anos antes, fez um discurso exaltado onde sugeriu que a cidade mudasse seu nome para Tiradentes, em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Após a Proclamação da República, o presidente provisório de Minas, José Cesário de Faria Alvim, decretou a mudança do nome São José para Tiradentes, em 6 de dezembro de 1889 (SANTOS FILHO, 2010).

Em 1900, existiam em Tiradentes 194 casas bem acabadas, sendo 19 sobrados. A população total do município era de 11.000 habitantes, sendo 3.500 moradores no local (hoje conhecido como centro histórico) e o restante, em zona rural (PELEGRINI FILHO, 2000).

Alguns anos a frente, nas primeiras décadas do século XX, a cidade passou por algumas melhorias acarretando em mais conforto para a população. Em 1915, a água de Tiradentes que, até então era fornecida pelo Chafariz, foi canalizada e, no ano de 1922, foi instalada a luz elétrica (SANTOS FILHO, 2010). Foram ocorrendo transformações de forma pontual na cidade até os anos 30, quando o antigo SPHAN, em 1938, tombou o conjunto arquitetônico e urbanístico do centro histórico de Tiradentes (IPHAN, 2005).

Embora o tombamento seja um marco importante para a cidade, ele não refletiu de forma imediata na preservação do patrimônio e da memória local. A decadência sofrida por Tiradentes de tempos passados, repercutiu até a segunda metade do século XX. Foi então que, entre os anos de 1960 e 1970, a cidade começou a investir em outro ramo econômico: o Turismo Ecocultural. Essa reviravolta, ainda que a passos lentos, aconteceu por meio de medidas realizadas por algumas instituições como a Fundação Mello Franco de Andrade (FRMFA), a Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT) e da Fundação Roberto Marinho (SILVA, 2017).

A partir da década de 1990, por meio de investimentos e estímulos, Tiradentes passa a ocupar de fato um espaço importante no ramo do turismo cultural, voltando cada vez mais o seu olhar para a preservação do patrimônio histórico, artístico e natural da cidade (ALVES; GARCIA e PAIVA, 2013).

Ainda mais forte nos dias de hoje, o turismo em Tiradentes atrai pessoas para visitar todo seu conjunto arquitetônico, aproveitar dos atrativos culturais e contemplar as clássicas paisagens das cidades coloniais mineiras. A cidade possui um grande número de atrações turísticas, como igrejas, museus, monumentos, sobrados da época colonial e passeios na Serra de São José (CAMPOS 2018). Os moradores e turistas ainda podem aproveitar as praças e largos que fazem parte da história de Tiradentes desde a sua formação.

2.3 Jardins Históricos

O patrimônio arquitetônico foi, até o final do século XIX, uma questão reservada a cada país, sendo também relacionada a essa época grande parte das legislações dos monumentos europeus. Nasce então durante a Primeira Guerra Mundial, por meio da criação da Sociedade das Nações, mas firmando-se somente na Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a internacionalização cultural. A partir de então,

alguns eventos na Europa foram engendrados, como a “Conferência Internacional de Atenas (1931)”; a “Carta de Atenas”, elaborada por Le Corbusier na “IV Assembleia dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (1933)”; a “Carta de Veneza”, sob a necessidade de reunir em uma associação profissionais e especialistas de conservação (ICOM); o “I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Museus”, firmando compromisso entre os estados membros da UNESCO a sua adesão ao “Centro Internacional de Estudos pela Conservação e Restauração dos Bens Culturais (ICCROM)”; o “II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos”, em Veneza (1964) ou “Carta de Veneza” e, a “Carta de Florença”, em Florença (1981), sendo esta um complemento da primeira com o objetivo de discutir especificamente os Jardins Históricos.

Composto por 25 artigos, a Carta de Florença compreende o jardim histórico como “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público”. Como tal, é considerado um monumento, além de ser “essencialmente vegetal e, portanto, vivo, perecível e renovável” (ICOMOS, 1981, tradução do autor). A Carta de Florença representa um marco importante para a preservação e recuperação de jardins históricos ao longo do mundo, bem como um norte para o desenvolvimento de ações que envolvem estes espaços. Dessa maneira, a fim de ilustrar, trazemos logo a seguir alguns dos artigos publicados na Carta de Florença (1981) que discorrem sobre as características e técnicas corretas para a preservação desses locais:

Artigo 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Artigo 2º - O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável.

Artigo 7º - Ligado a um edifício, do qual será parte inseparável ou não, o jardim histórico não pode ser separado do seu próprio meio ou ambiente urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 9º - A proteção dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas, que são a manutenção, conservação, a restauração. Pode-se, eventualmente, recomendar a reconstituição. A “autenticidade” diz respeito tanto ao desenho e ao volume de plantas quanto ao seu decór ou à escolha de vegetais ou de minerais que os constituem.

Artigo 11º - A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, ao longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado.

Artigo 24º - Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja sobrevivência, em razão da sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia adequada assegure a formação dessas pessoas, que se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos. Deve-se também assegurar a produção regular de vegetais que entram na composição dos jardins históricos.

Somando às reflexões sobre jardins históricos, Paiva, Sousa e Carcaud em diálogo com a Carta de Florença, afirmam que o termo *histórico* atribuído a este tipo de jardim se justifica pelo seu valor histórico, independente do seu tamanho. Além do mais, os autores também destacam a relação que estes jardins possuem com o patrimônio natural e a vida nas cidades (PAIVA, SOUSA, CARCAUD, 2020). Também concernente a sua definição, Andrade (2008) compreende o jardim histórico como um arranjo de estruturas arquitetônicas e vegetais e que, do ponto de vista artístico e histórico, desperta o interesse da sociedade. Eles remetem a manifestações culturais do seu tempo e, em razão da presença dos elementos naturais, esses espaços estão em constante evolução e transformação (ANDRADE, 2008). Devido à essa característica, esses espaços podem ser degradados ao longo do tempo, necessitando, assim, de manutenção regrada por técnicas específicas, para assim serem preservados (ANGELIS; NETO, 2004).

Com diferentes objetivos, os espaços ajardinados de interesse histórico contribuem com o reconhecimento e a difusão de importantes amostras de áreas verdes históricas. Considera-se que, por meio desses espaços, desenvolve-se uma consciência de respeito pelo ambiente, colaborando com a conservação de espaços de interesse histórico (ANGELIS; NETO, 2004). Além disso, o jardim histórico possui uma relação direta com a qualidade de vida e, por compartilhar vínculos com o patrimônio natural, ele contribui com o fortalecimento “da memória e da identidade de um tempo, de um lugar e de um povo” (MAGALHÃES, 2015, p. 50).

Após a criação da Carta de Florença, olhares mais atenciosos se voltaram para a preservação e proteção desses espaços em todo o mundo. Entretanto, conforme Magalhães em uma reportagem cedida ao Correio Braziliense (2015), quando se trata do âmbito nacional, o patrimônio paisagístico é deixado à margem quando comparados à preservação de outras edificações: “Ainda hoje, os critérios de preservação para os jardins tendem a ser menos efetivos que a preservação das igrejas barrocas, por exemplo” (MAGALHÃES, 2015).

Dialogando com esta problemática, o engenheiro arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim em conjunto com outros profissionais e a Fundação Nacional Pró-Memória criaram

em 1985 o Programa Jardins Históricos e deu início às pesquisas ligadas a esses espaços históricos (ANDRADE, 2008). Posteriormente ao projeto, já no ano de 2010, ocorreu o I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos, sob organização do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Fundação Museu Mariano Procópio (MAPRO) e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Além do mais, o evento contou com a presença de diferentes especialistas que trabalhavam com preservação do patrimônio cultural e natural e que, após discutirem sobre gestão e preservação dos jardins históricos, criaram a “Carta dos jardins históricos brasileiros” dita “Carta de Juiz de Fora”. O conteúdo do documento aborda temas referentes à preservação e gestão dos jardins históricos (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010).

Segundo a Carta de Juiz de Fora (2010), é considerado como jardins históricos os sítios e as paisagens agenciadas pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010). Ainda de acordo com o documento, os jardins são elementos vivos e dinâmicos, os quais apresentam aspectos singulares, exigindo soluções próprias. A partir disso, tem-se que o objetivo da carta é atender às exigências de orientação técnica direcionada para preservação das áreas verdes históricas.

As pesquisas sobre áreas ajardinadas históricas no Brasil ainda são recentes, fato que dificulta a busca por aportes teóricos, sendo feita, na maioria das situações, a consulta em livros e em arquivos particulares (ANDRADE; TERRA, 2016). Sendo assim, na tentativa de compreender melhor o desenvolvimento dos jardins históricos no país, diversos estudiosos se dedicam em investigar o resgate histórico e paisagístico de áreas ajardinadas das cidades históricas no Brasil, como os trabalhos de Luz e Paiva (2020), Paiva (2020), Luz; Paiva e Alves (2017), Mundim *et al.* (2017), Garcia *et al.* (2016), Alves; Garcia e Paiva (2013); Juste e Paiva (2015); Teixeira; Andrade e Alves (2018); Garcia *et al.* (2017); Sousa *et al.* (2018); Alves; Garcia e Paiva (2015).

Diante da importância das áreas verdes históricas, estudar os jardins da Estrada Real é fazer revelar suas histórias tornando-as um atrativo para a sociedade moderna, enriquecendo o patrimônio e proporcionando um turismo de mais qualidade. O conhecimento sobre a evolução desses jardins em conjunto com as ações feitas pelo homem são fatores necessários para auxiliar

na proteção desses bens, além de enobrecer suas histórias e ajudar no processo de tombamento (DELPHIN, 2005).

Como vimos anteriormente, ainda que sejam desenvolvidos estudos referentes ao resgate de áreas verdes históricas de cidades do período colonial brasileiro, as pesquisas ainda são incipientes, tornando necessário o fomento de outros trabalhos que explorem todo o potencial dessas áreas. Da mesma maneira, acreditamos que o incentivo de novas pesquisas sobre essa temática contribui com o aumento da valorização do patrimônio, bem como do desenvolvimento de técnicas para melhorar as cidades de acordo com a história e com as atuais demandas da população. Mediante ao exposto, apresentamos no próximo tópico discussões acerca de *áreas verdes públicas*, noção igualmente importante para a compreensão e desenvolvimento desta pesquisa num todo.

2.4 Áreas Verdes Públicas

Tendo em vista sua relevância na composição dos meios urbanos, as áreas verdes públicas são definidas, de acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) N° 369/2006, como “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização” (BRASIL, 2006). Também concernente a sua definição, o Ministério do Meio Ambiente (2021) considera áreas verdes urbanas como “o conjunto de áreas intra urbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades”. Somando às reflexões sobre o tema no âmbito internacional, Coutss e Hahn (2015) definem áreas verdes públicas como um conjunto de espaços verdes conectados entre si, que preservam os valores naturais de um ecossistema e que, de alguma forma, traz vantagens à sociedade e ao meio ambiente.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2021) as áreas verdes estão presentes em diferentes situações, onde se enquadram as áreas de preservação permanente (APP), as florestas e unidades de conservação urbana, canteiros centrais, praças, largos e jardins, além de parques e outras formas de paisagens naturais públicas.

Diante da forte presença das áreas verdes nos meios urbanos, como vimos anteriormente, torna-se cada vez mais reconhecido os diversos impactos positivos que o contato com a natureza gera no homem. A longevidade, a redução das doenças cardiovasculares e da

obesidade, bem como a melhoria da saúde mental, da qualidade do sono são alguns dos efeitos benéficos relacionados ao contato com a natureza, como afirma Amato-Lourenço *et al.* (2016). Ainda de acordo com o autor, a grande parte dos estudos que investigam esses efeitos positivos é produzida no continente europeu ou norte-americano. Entretanto, pelo fato desses efeitos positivos apresentarem diferentes naturezas, os mecanismos pelos quais as áreas verdes fazem bem à saúde ainda não estão bem elucidados. Como prováveis mecanismos, Amato-Lourenço *et al.* (2016) menciona o aumento do relaxamento, a diminuição do estresse, a socialização e a prática de atividades físicas. Em conjunto, é possível afirmar que os fatores ambientais como diminuição da temperatura e ruídos, aumento da umidade e captura de material particulado têm uma influência nos efeitos fisiológicos protetores dos ambientes verdes. Além disso, as espécies vegetais presentes no espaço possuem funções estéticas e recreativas e ainda tendem a valorizar as propriedades ao seu redor.

Nas áreas verdes públicas, a presença de espécies vegetais associada com variados elementos estruturais compõe os conceitos e projetos desses ambientes. Essas características proporcionam diferentes modos de uso para o espaço, que vão se moldando de acordo com a identidade e valores das pessoas que o utilizam (SALGADO, 2020). Levando em consideração o uso de áreas verdes, tem-se constatado que os frequentadores desses espaços os utilizam, geralmente, para atividades físicas, contemplar a paisagem e ter contato com a natureza, além de observar a fauna e a flora, relaxar e aproveitar o clima para socializar com outras pessoas (SCHIPPERIJN *et al.*, 2010; RUPPRECHT *et al.*, 2015). De acordo com os autores, mesmo tendo as particularidades intrínsecas de cada cultura, o comportamento dos frequentadores das áreas verdes públicas são parecidos em relação às formas de uso destes espaços.

Mesmo com pesquisas sendo realizadas em diversos países, no âmbito nacional ainda são escassas as investigações referentes às influências dos fatores sociais, econômicos e culturais no perfil dos usuários de áreas verdes públicas. A maioria dos estudos está relacionada com a origem, dimensionamento e qualificação das áreas verdes públicas e como isso interfere nos modos de uso e apropriação dos espaços públicos (MACEDO; ROBBA, 2010; BARGOS; MATIAS, 2012; BOLDRIN *et al.*, 2016).

Ainda sobre os estudos desenvolvidos no Brasil, Salgado (2020) afirma que muitos deles concentram-se em cidades de médio e grande porte, deixando as cidades de pequeno porte de lado. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais relevante o desenvolvimento de pesquisas que também englobam as cidades históricas de pequeno porte com grande potencial turístico. Com o fomento de mais pesquisas que investiguem esses contextos será possível compreender

como os fatores socioeconômicos e culturais interferem no cotidiano das áreas verdes públicas dessas cidades, para assim identificar a melhor maneira de preservar e modificar esses espaços.

2.4.1 Praças

Levando em consideração o processo de formação das cidades coloniais de Minas Gerais, os primeiros espaços livres públicos (como largos e praças) se formaram ao entorno dos edifícios religiosos e eram características desses largos ou praças ter construções públicas e comerciais ao seu redor (LUZ; PAIVA, 2020). Entretanto, somente depois da segunda metade do século XIX é que começaram a introduzir espécies vegetais e ajardinamento nos largos, deixando assim de ter somente atividades ligadas a igreja (MACEDO; ROBBA, 2010). Ademais, essas praças coloniais passaram a ser locais destinados à recreação, lazer, contemplação e, posteriormente, a práticas esportivas, como afirmam Macedo e Robba (2010). Ainda segundo os autores, a praça é definida como qualquer espaço livre urbano utilizado para convívio social e lazer, tendo que ser ao mesmo tempo livre de automóveis e acessível à população.

Consideradas áreas verdes urbanas, as praças apresentam funções essenciais para sociedade e trazem diversos benefícios para quem vive em meio urbano. Essas áreas propiciam os momentos de lazer e as práticas sociais e desenvolvem o relacionamento entre indivíduos. Como na maioria das vezes as praças possuem elementos vegetais, elas contribuem com a redução da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar, absorção de poluentes e ainda colaboram com o aumento da área permeável e da biodiversidade (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007). Além disso, esses espaços promovem a valorização estética, diversificam a paisagem, trazendo mais beleza ao lugar e, conseqüentemente, geram bem-estar a população (BARGOS; MATIAS, 2011).

Atualmente, as praças têm sendo vistas como ambientes indispensáveis para se viver em meio urbano e, devido ao rápido processo de urbanização e verticalização, elas passaram a ser mais valorizadas pela sociedade. Com o crescimento das cidades e buscando atender às novas necessidades da população, começou a inserir diferentes estruturas e equipamentos nas praças (DORIGO; LAMANO-FERREIRA, 2015).

Diante do exposto sobre as definições, importância e diferentes modos de uso para áreas verdes, cumpre-nos destacar o contexto no qual essa pesquisa se insere, bem como as nossas motivações quanto a sua escolha.

Nesse sentido, o presente estudo concentra-se no Largo das Mercês, situado em Tiradentes, no estado de Minas Gerais. Ao realizar o resgate histórico desta praça, a pesquisa

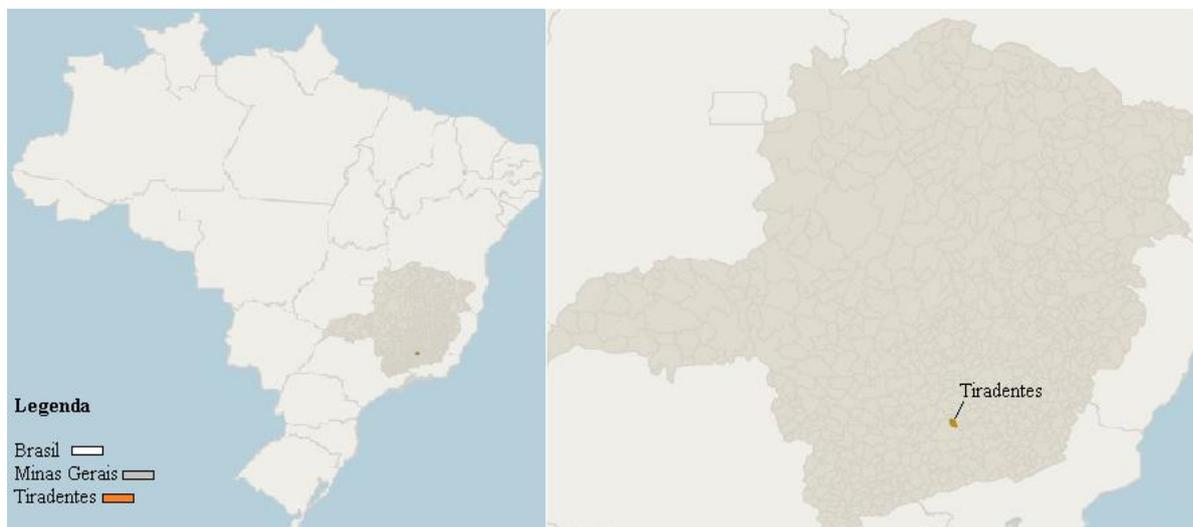
contribui com o fortalecimento de sua identidade, tendo como consequência a valorização do espaço. Também será possível analisar como se deu os diferentes modos de apropriação do espaço ao longo da história, auxiliando na tomada de decisão no momento da intervenção. Além disso, ao estudar o espaço, a pesquisa evidencia se os elementos presentes, ou a falta deles, interfere na estética do ambiente e se influencia na frequência e no uso por parte da população. Por fim, o desenvolvimento de trabalhos que abordam essa temática se faz necessário, visto que eles fortalecem a importância das áreas verdes públicas em cidades históricas, uma vez que a presença delas contribuem com o aumento do bem-estar e propiciam momentos de lazer para população local e turistas.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Local de estudo

A pesquisa foi realizada na cidade histórica de Tiradentes (21° 6' 41" Sul, 44° 10' 7" Oeste e com 927 metros de altitude), situada na região conhecida como Campos das Vertentes, no estado de Minas Gerais (FIGURA 3). Encontrada no Caminho Velho da Estrada Real, a cidade está, aproximadamente, a 200 km da capital mineira, Belo Horizonte. Com relevo acidentado e com bioma predominantemente Mata Atlântica, Tiradentes tem uma área territorial de 83.047 km² e uma população estimada de 8.072 indivíduos (IBGE, 2020).

Figura 3 - Mapa com a localização de Tiradentes no Brasil e no estado de Minas Gerais.



Fonte: Adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

A partir do tombamento do seu conjunto arquitetônico pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 20 de abril de 1938, seu patrimônio histórico foi parcialmente conservado, ocorrendo mudanças na parte arquitetônica e urbanística para se adequar aos novos usos dos espaços e se conformar como uma cidade colonial. Dentre todos os elementos que fazem parte do patrimônio tiradentino, a pesquisa teve o foco no Largo das Mercês. Sendo considerado “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público”, o Largo das Mercês é enquadrado como um Jardim Histórico (ICOMOS, 1982).

O Largo das Mercês está localizado no centro de Tiradentes com uma área de aproximadamente 7.755,92 m² e o perímetro de 509,62 m. Está compreendida entre o Largo

das Forras e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, mais precisamente na Rua Sílvio Vasconcelos. O largo está a uma altitude aproximada de 900 m e se encontra nas latitudes 21° 6' 34" Sul e 44° 10' 22" Oeste (FIGURA 4).

Figura 4 - Localização do Largo das Mercês.



Fonte: Google Earth (2021).

3.2 Resgate histórico e evolução do Largo das Mercês

A metodologia *Patchwork Quilt* (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021) utilizada em estudos de jardins históricos é uma combinação entre as teorias sobre paisagem de Lassus (1994) e Luginbuhl (2006), em conjunto com as orientações de Delphim (2005), baseadas na Carta de Florença (1981), sobre restauração de patrimônio.

Para o estudo destes espaços, primeiro é necessário compreender a relação entre Paisagem e Jardins. Paiva; Sousa e Alves (2021), trazem definições de diferentes autores, porém complementares, sobre paisagem, as quais podem se relacionar com as características dos jardins. Dessa forma, assim como as paisagens, os jardins são estruturas vivas que se transformam com o tempo e com a sociedade, servindo de espaço onde as práticas sociais e culturais se destacam, integrando-os assim, à comunidade (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2020).

Ao analisar a paisagem, é preciso identificar os valores que são conferidos a elas. A avaliação depende da estética do lugar, da utilização e dos valores simbólicos associados ao espaço. Todos esses componentes podem variar de acordo com as pessoas que o utilizam e sua

classe social e, por isso, os valores atribuídos as paisagens ou espaços depende de como a população as identifica, tomando como base, a qualidade de vida que elas fornecem (LUNGINBUHL, 2006; PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Na análise da paisagem, são considerados diferentes conceitos, técnicas e métodos. Sua avaliação consiste no estudo de aspectos naturais, históricos-sociais, culturais, nas tradições do local estudado e também na concepção cultural de quem realiza a pesquisa (CONAN, 1994). Fazem parte da análise da paisagem o solo, a topografia, a hidrografia, as atividades antrópicas, a utilização do espaço pelos usuários e sua representação social. Para localizar a área pesquisada, utiliza-se a cartografia e visitas a campo. Além disso, o material iconográfico, como pinturas, fotos, litografias, gravuras e cartões postais, são fundamentais para o reconhecimento e a caracterização de um espaço. Assim, com a análise desses fatores, é possível identificar as transformações e os motivos pelos quais fizeram a paisagem se alterar ao longo do tempo (LASSUS, 1994; LUNGIBUHL, 2006; PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

A partir dos estudos feitos para analisar uma paisagem, Paiva; Sousa e Alves (2021), estabeleceram uma conexão entre estudos de paisagem e as pesquisas sobre jardins históricos. Portanto, assim como nos estudos de uma paisagem, cada uma das análises realizadas no jardim gera um dado que, quando reunidos e organizados em uma sequência lógica, é possível caracterizar e avaliar o processo histórico do espaço com base em seus usos e valores. Além disso, no estudo de jardins históricos, é fundamental a participação da população, visto que ela auxilia na identificação das percepções e dos valores do espaço estudado (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Ao analisar uma paisagem, são levados em conta os atributos culturais, sociais e territoriais do espaço, aos quais também são atribuídas as pesquisas sobre jardins históricos. Com relação aos jardins, as propriedades culturais estão relacionadas às percepções estéticas do local, onde, a partir do processo de artialização, os espaços aumentam seu valor estético, tornando-os mais atraentes para a população. Os atributos territoriais, não são somente as estruturas que compõem um jardim, compreendem os usos, os hábitos e as práticas sociais realizadas pelos frequentadores da área estudada ao longo do tempo. Já o atributo social parte do princípio que os conceitos e modos de vida evoluem com o passar dos anos e, as mudanças que ocorrem nos jardins são de acordo com a evolução da sociedade onde está inserida (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Dessa forma, mediante o aporte teórico e as análises feitas nos estudos de paisagem, foi possível criar uma metodologia para pesquisas sobre jardins históricos (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

3.2.1 Metodologia Patchwork Quilt

Mediante a combinação de métodos utilizados em estudos de paisagem, das recomendações de como intervir em jardins históricos e da compreensão de jardim como uma representação da paisagem, nasce a metodologia Patchwork Quilt. Assim, os conceitos e as formas de avaliar uma paisagem foram combinados e trazidos para o estudo de jardins históricos, sem desconsiderar as particularidades destes sítios (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Ao realizar a reconstrução históricas destes espaços, é necessário combinar aspectos sociais e culturais do ambiente pesquisado. Para isso, é preciso consultar diferentes fontes de informação, como documentos históricos; arquivos; registros de jornais e revistas; catálogos; relatórios institucionais relacionados à organização urbanística e preservação do patrimônio; legislação; publicações da época imperial; textos literários; publicidade turística e guias de viagem (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Ao considerar os objetivos das pesquisas sobre jardins históricos, esta metodologia usa os métodos utilizados em estudos de paisagem de Lunginbuhl (2006) e Lassus (1994) combinados com as recomendações de como intervir em jardins históricos de Delphim (2005) (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021). O método de Lunginbuhl (2006) é denominado de análise subjetiva e o de Lassus (1994) de análise inventiva.

Com o método de Lassus (1994), é possível constatar os processos de evolução física e as práticas do lugar por meio de uma análise dos elementos naturais, patrimoniais e sociais. Esta avaliação proporciona uma melhor compreensão da relação específica do espaço e de suas atividades sociais. Em conjunto com os documentos históricos, a análise inventiva identifica como se deram as transformações ocorridas nos jardins e quais foram os motivos para tal mudança (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Luginbuhl (2006) colabora com uma avaliação não quantitativa, onde ela elucida os valores estéticos, fenomenológicos ou simbólicos. Ela se fundamenta na hipótese de que as paisagens e suas representações apresentam valores que são concedidos pela população, artistas e escritores que caracterizam peculiaridades estéticas ou simbólicas em suas produções.

Na análise subjetiva é importante trabalhar com as entrevistas narrativas semi-estruturadas, pois elas proporcionam um aperfeiçoamento das investigações, uma vez que elas possibilitam associar as histórias de vida dos entrevistados com o contexto sócio-histórico dos locais de estudo (MUYLAERT, 2014). Entrevistas em forma de relato livre, segundo Juste e Paiva (2015), têm como objetivo compreender, sob uma visão pessoal, como se deram os

acontecimentos do universo investigado. Além disso, quando feitas de maneira informal, os entrevistados se sentem mais à vontade para relatar suas experiências (SOUSA, 2017). Com relação aos entrevistados, a quantidade é determinada durante a pesquisa, isto é, no momento que as informações começam a se repetir, o número é estabelecido. Os entrevistados devem ser informantes-chave, sendo normalmente pessoas mais velhas e que estão inseridas no contexto sócio-cultural da pesquisa. É importante conduzir entrevistas com pessoas que vivem ou viveram no local de estudo, para assim identificar fatos históricos, simbólicos e elementos paisagísticos que não foram registrados em documentos. Além destes, também devem ser consideradas as entrevistas com historiadores e pesquisadores com forte ligação ao espaço estudado (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Os dados coletados nas entrevistas auxiliam na compreensão das representações paisagísticas do inconsciente comum, além assimilarem as representações histórica, social e paisagística do espaço estudado (LASSUS, 1994).

Já Delphim (2005), contribui com informações técnicas de conservação e preservação de jardins históricos e entorno de monumentos tombados, locais onde a intervenção é restrita. Segundo o autor, pelo fato de cada jardim ter suas particularidades, ele irá apresentar uma evolução própria e soluções específicas.

Desta forma, embora alguns métodos sejam com relação a paisagens, esta metodologia pode ser aplicada aos estudos de jardins que, mesmo sendo em uma escala diferente, são importantes para a sociedade (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

A respeito da aplicação da metodologia em questão, primeiramente identifica-se o local de estudo, para em seguida, identificar e caracterizar sua morfologia por meio de análises físicas e cartográficas. Identificada a origem do espaço, realiza-se uma análise do desenvolvimento da área por meio do processo de urbanização, da exploração do patrimônio estudado, da infraestrutura. Para além desses, contamos também com a análise por meio do processo de desenvolvimento econômico e turístico e, ainda por meio dos processos físicos e biológicos envolvidos na evolução do ambiente pesquisado. Em seguida, é feita a análise das interações sociais que influenciaram nas estruturas do espaço e os aspectos culturais que motivam a utilização do espaço pela população. Em seguida, por meio da análise subjetiva, é possível identificar as representações e relações do ambiente com parte da sociedade (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021).

Para as pesquisas de jardins históricos, assim como nos estudos de paisagem, o material iconográfico é essencial para caracterizar o espaço e traçar as transformações sofridas ao longo da história. Fotos, gravuras, cartões postais, pinturas e litografias são importantes para analisar

a composição da paisagem, seus usos e tradições locais. No entanto, para isso é necessário que esse material seja disposto em ordem cronológica para que, assim, seja identificado o processo evolutivo do espaço pesquisado (PAIVA; SOUSA E ALVES, 2021). Além disso, somado ao material iconográfico, todos os tipos de documentos utilizados em pesquisas de jardins históricos são utilizados para auxiliar na identificação das espécies cultivadas nos jardins ao longo de sua história.

Tomando-se as considerações acima, a escolha do nome *Patchwork Quilt* (em português, “Colcha de Retalhos”) pelos autores, não foi por acaso. Isto é, considera-se cada um dos diferentes dados coletados como um pedaço do tecido e que, quando organizados e conectados de maneira cronológica, formam uma “Colcha de Retalhos”. Assim, por meio dessa “colcha” torna-se possível elaborar a reconstrução histórica do local, suas representações e como o espaço é utilizado pela população (PAIVA; SOUSA E ALVES).

3.2.2 Etapas da pesquisa

Com o objetivo de compreender da melhor maneira o ambiente estudado, essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e de caráter exploratório. Além disso, o presente estudo investiga o período entre os anos de 1789 a 2021, ou seja, desde o ano da construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês até a execução da pesquisa. O estudo evidencia a evolução histórica, sócio-cultural, paisagística, bem como as modificações que ocorreram no espaço do Largo das Mercês e as representações sociais do mesmo.

A primeira etapa do trabalho consistiu em um levantamento documental juntamente com a pesquisa bibliográfica e iconográfica referente ao ambiente pesquisado. Esta etapa teve como objetivo analisar a evolução histórica e paisagística do Largo das Mercês.

A pesquisa bibliográfica contou com um levantamento feito nos arquivos e documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em arquivos da Prefeitura Municipal de Tiradentes, em acervos públicos, particulares e online, além de buscas em livros e jornais com notícias da época referente ao estudo. Simultaneamente ao levantamento bibliográfico, foi feito o resgate do material iconográfico, buscando por fotos, produções artísticas e desenhos de projetos arquitetônicos. O material iconográfico é de extrema relevância nesta metodologia, uma vez que este tipo de material consegue elucidar as transformações do local, mostrar fatos já mencionados em bibliografias, além de evidenciar acontecimentos que foram registrados somente em imagens.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em uma pesquisa de campo a fim de identificar as transformações morfológicas e a atual condição do Largo da Mercês. A ida a campo teve o propósito de identificar o conjunto arquitetônico do ambiente, seu material verde e também o atual estado de manutenção do espaço estudado. Esta etapa também incluiu entrevistas semi estruturadas em forma de relato livre, onde contou com a participação de três pesquisadores da área e de uma moradora do largo, nascida e criada neste local.

Sobre os participantes, é de suma importância frisar o papel que eles exerceram ao longo deste trabalho, por se tratarem de pessoas que, ora nasceram no largo e viveram durante grande parte de sua vida, ora atuam como pesquisadores no ramo da historiografia. Dessa forma, contamos com a contribuição dos seguintes estudiosos: a professora Márcia Heliane Gomes, o pesquisador Luiz Antônio da Cruz e o ex-pesquisador do IPHAN, Olinto Rodrigues dos Santos Filho. Ainda cumpre-nos mencionar que estes dois últimos são mencionados em diversas pesquisas no que concerne ao patrimônio material e imaterial da cidade de Tiradentes.

A terceira etapa do trabalho foi a junção de todos os dados coletados com sua análise, assim, foi possível fazer uma estruturação do processo histórico do largo estudado. O material coletado permitiu compreender as representações paisagísticas do ambiente, além de identificar o processo de ocupação e como o espaço foi utilizado pela população nas diferentes épocas de sua história.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Igreja de Nossa Senhora das Mercês e a origem do Largo das Mercês

Para compreendermos a origem do Largo das Mercês, em Tiradentes - MG, primeiro devemos conhecer como se deu o processo de formação dos primeiros espaços livres públicos das cidades coloniais mineiras. Estes espaços se formaram a partir da construção de um edifício religioso e era comum esses espaços serem cercados de construções públicas e comerciais (MACEDO E ROBBA, 2010). Com o Largo das Mercês não foi diferente, pois este surgiu, provavelmente, em paralelo à construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês já nas últimas décadas do século XVIII (IPHAN, 2005).

Levando em consideração a organização da cidade de Tiradentes no século XVIII e XIX, este largo estava localizado fora do núcleo urbano da época e era utilizado primordialmente como passagem pelas pessoas que saíam do centro histórico e iam em direção às regiões mais afastadas da cidade (IPHAN, 2005). Para além deste uso, o local também era frequentado quando aconteciam os eventos religiosos ligados à Igreja de Nossa Senhora das Mercês (SANTOS FILHO, 2015).

Em 14 de dezembro de 1756, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos foi instituída pelo visitador do Bispado de Mariana, Padre Dr. José dos Santos e, a princípio, a Irmandade ficou sediada em outro templo, na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. O primeiro compromisso documentado da instituição é datado de 1769 e foi aprovado pelo rei neste mesmo ano, entretanto não há evidências que neste ano a Irmandade já possuía sua própria capela. Assim, em um termo de aceitação de compromisso com data de 1789, é feita uma referência ao “Consistório da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês”, a qual nos leva a inferir que neste ano a Irmandade já poderia ter sua própria capela, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês (SANTOS FILHO, 2015; IPHAN, 2005).

Mesmo com o termo de compromisso da Irmandade, datado de 1789, indicando a presença da capela, este acontecimento não pode ser comprovado devido a ausência de documentos que indiquem que a igreja tenha sido construída antes de 1800. A primeira informação que de fato comprova que a capela já poderia estar parcialmente construída é datada de 1807, como afirma Santos Filho (2015) em seu livro “Tiradentes: Monumentos Preservados”:

Não temos nenhum documento sobre a construção do templo anterior a 1800. É certo que, no ano de 1807, a capela já deveria estar parcialmente construída, pois nesse ano se resolve fazer a procissão de Nosso Senhor dos Passos para aquela capela, onde ficava em Depósito até o dia seguinte, quando retornava em procissão, costume mantido até os dias de hoje (SANTOS FILHO, 2015, p.64).

Ainda segundo o autor, é possível afirmar que a Igreja de Nossa Senhora das Mercês estava parcialmente construída em 1807 com o auxílio de documentos que comprovam que a construção da capela se estendeu até o final do século XIX e início do século XX (SANTOS FILHO, 2015).

Os documentos mostram que uma das últimas obras realizadas na Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi relacionada ao seu adro, que começou em 1841 e se arrastou até o século XX, mais precisamente em 1910, com o término da construção do muro de tijolos à direita do templo (SANTOS FILHO, 2015). Nos anos de 1867, 1887 e 1890 foram feitos os primeiros concertos nas campas do assoalho e, por volta de 1923, realizou-se uma grande reforma para retirar os assoalhos de campas e substituí-los por tábuas corridas. Em 1923, também foi instalada a luz elétrica na igreja (FIGURA 5) e, a partir desta data, foram feitas somente obras de restauração e manutenção (SANTOS FILHO, 2015). A documentação existente demonstra que a construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês decorreu de maneira lenta em função da falta de recursos (IPHAN, 2005).

Figura 5 - Igreja de Nossa Senhora das Mercês no final da primeira metade do século XX com a luz elétrica já instalada.



Fonte: IPHAN (2010)

Levando em consideração as informações documentadas sobre a capela e corroborando Macedo e Robba (2010), os quais afirmam que os espaços livres públicos das cidades coloniais mineiras surgiram ao entorno de uma construção religiosa, podemos compreender que o Largo das Mercês se originou, possivelmente, a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Além disso, não foram encontrados documentos e registros na literatura que afirmam precisamente a data de surgimento do largo.

Interligando e analisando as informações citadas acima, ainda podemos supor que o Largo das Mercês teve sua origem entre o final do século XVIII e o início do século XIX, mais precisamente entre os anos de 1789 e 1807. Essa suposição tem seu apoio em dois dos primeiros registros que indicam a existência da Igreja de Nossa Senhora das Mercês no local onde, atualmente, se encontra o largo. Assim, com base nas informações existentes, cumpre-nos destacar que consideramos nesta pesquisa o ano de 1789 como o ano aproximado do surgimento do Largo das Mercês, por se tratar do ano do primeiro registro documentado da possível existência da igreja.

4.2 O Largo das Mercês entre o final do século XVIII e o século XIX

Ainda que o Largo das Mercês tenha se originado no ano de 1789, pouco se sabe sobre ele durante este período do século XVIII. Há uma carência de informações registradas na literatura que dificulta compreender como eram as características do largo nesta época. Sabe-se que, no final do século XVIII, o local já era utilizado como uma das saídas da Vila de São José (atual Tiradentes), uma vez que as pessoas que iam em direção à uma grande área de extração de ouro situada no subúrbio da vila², atual bairro do “Canjica”, tinham que atravessar o Largo das Mercês. Para quem realizava o caminho contrário, saindo das minas de ouro em direção ao núcleo urbano, o largo era uma das entradas (IPHAN, 2005). Este fato é também mencionado pelo pesquisador Olinto Rodrigues dos Santos Filho no excerto³ a seguir:

(E01) Na verdade o largo era uma das saídas, quem vinha da vila, atravessava a ponte de pedra⁴, atravessava o largo e ia para o Canjica (SANTOS FILHO, 2020).

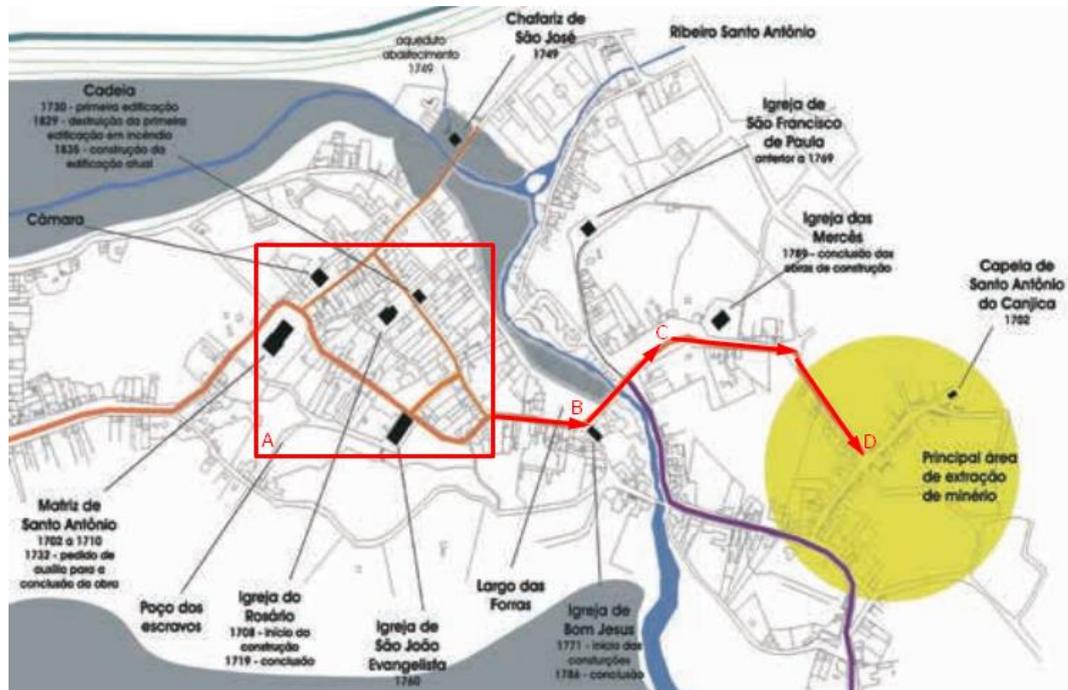
O relato foi baseado na organização histórico-espacial da cidade de Tiradentes no final do século XVIII, indicando que o largo era utilizado primordialmente para a passagem de pessoas que habitavam a vila naquela época. Na Figura 6, foi traçado o caminho percorrido por quem saía do núcleo setecentista (A), passava pelo atual Largo das Forras (B), atravessava o Largo das Mercês (C) e chegava na área das minas auríferas (D).

² Cf. Santos Filho (2020). Disponível em: < <http://ihgt.blogspot.com/2020/>>.

³ Os excertos aqui apresentados foram retirados das entrevistas concedidas pelos participantes à esta pesquisa. Assim, a partir deste momento, os excertos se apresentarão da seguinte forma: (E01), (E02) e assim por diante.

⁴ Ponte das Forras: ponte de pedra construída no final século XVIII que liga o Largo das Forras ao Largo das Mercês (CAMPOS, 2006).

Figura 6 – Trajeto percorrido pelos habitantes de Tiradentes no século XVIII para chegar à área de mineração.



Fonte: Adaptado do IPHAN (2005)

Ao que se refere a ocupação da área e, devido a sua característica alagadiça no século XVIII, o largo “não chegou a se consolidar como área densamente ocupada em função das dificuldades de travessia do ribeiro⁵” (IPHAN, 2005, p.45). Ainda nesse sentido, o Largo das Mercês mantém “características atípicas devido às suas dimensões, ainda hoje, excepcionais em relação aos largos e ao padrão de ocupação encontrado no núcleo urbano setecentista” (IPHAN, 2005, p.45).

Somando às reflexões sobre o processo de ocupação do espaço estudado, Olinto Rodrigues do Santos Filho, mediante as técnicas e o material utilizado em edificações do século XVIII, afirma que no final do período setecentista provavelmente já havia duas edificações no Largo das Mercês (SANTOS FILHO, 2020). Uma das casas mencionadas pelo pesquisador é a antiga chácara das Mercês que está localizada ao lado esquerdo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e atualmente é uma propriedade particular pertencente ao artista brasileiro de arte sacra contemporânea, Mário Mendonça Filho (FIGURA 7A). A outra edificação citada por Olinto é o casarão situado aos arredores do largo, que pertenceu a João Andrade Gomes, mais conhecido como “Nhonhô Gomes” e hoje pertence a uma de suas filhas, Dona Leonor Gomes (FIGURA

⁵ Rio Santo Antônio entre o Largo das Forras e o Largo das Mercês.

7B). As outras edificações que fazem parte da paisagem do atual Largo das Mercês foram construídas entre o final do século XIX e o século XX (SANTOS FILHO, 2020).

Figura 7 - Casa de Mário Mendonça Filho (A) ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Casa de Dona Leonor (B) ao entorno do Largo das Mercês.



Fonte: (A) Do Autor (2020) e (B) Acervo Luiz Antônio da Cruz (2021)

Sobre as casas que já faziam parte do espaço no final do século XIX, o ex-pesquisador do IPHAN relata que uma delas é a casa localizada na extremidade esquerda do largo, a qual pertencia a Dona Rosena e atualmente é um estabelecimento comercial (FIGURA 8A). A segunda casa mencionada por ele, possivelmente do final do século XIX, era uma residência localizada à direita do Largo das Mercês, de frente à Ponte das Forras (FIGURA 8B). Em entrevista realizada com o pesquisador Luiz Antônio da Cruz ele afirma que este edifício era uma venda, porém o mesmo foi demolido na segunda metade do século XX e no local foi construído o atual Hotel Solar da Ponte (CRUZ, 2020).

Figura 8 - Casa de Dona Rosena (A) e Casa do século XIX (B).



Fonte: Acervo de Olinto Rodrigues dos Santos Filho (2020)

Com relação às características do Largo das Mercês no século XIX, também há uma carência de informações e documentos registrados na literatura. Entretanto, segundo Olinto Rodrigues dos Santos Filho, o local era um terreno pantanoso com muita lama:

(E02) Tem várias citações e documentação da Irmandade de Passos que diz que ali era um lamaçal, um terreno pantanoso e que as pessoas tinham dificuldade de passar com a procissão e que sujava as roupas dos santos de barro [...] (SANTOS FILHO, 2020).

De acordo com as informações relatadas entre o final do século XVIII e o século XIX, compreendemos que, provavelmente, não houve durante este período a introdução de espécies vegetais no Largo das Mercês. Tampouco há indícios de que o largo passou por um processo de ajardinamento entre os dois séculos mencionados. É provável que o largo, ao longo deste momento histórico, tenha sido um grande espaço livre composto apenas por uma vegetação rasteira e plantas espontâneas, com algumas edificações ao seu redor e usado, primordialmente, como um lugar de passagem pelas pessoas que iam em direção às minas auríferas mais afastadas do núcleo urbano. Porém, como vimos no excerto anterior (E02), no século XIX já ocorriam as primeiras manifestações religiosas no Largo das Mercês, como é o caso das procissões que, segundo Santos Filho (2015), começaram a ocorrer neste local no ano de 1807.

4.2.1 As primeiras práticas religiosas no Largo das Mercês (século XIX)

Durante o século XIX, o Largo das Mercês, além de ser um local de passagem, era também um espaço onde ocorriam as manifestações religiosas ligadas à Igreja de Nossa Senhora das Mercês. De acordo com Santos Filho (2015), os relatos contidos no Acórdão de 13 de março de 1807 da Irmandade de Passos informam que neste mesmo ano a Irmandade resolve levar, em procissão, a imagem de Nosso Senhor dos Passos para a capela de Nossa Senhora das Mercês. Em depósito, a imagem lá permanecia até o seu retorno no dia seguinte, novamente em procissão, à Matriz de Santo Antônio. Este costume é mantido, sem interrupções, até os dias de hoje, como podemos ver na figura a seguir.

Figura 9 – Procissão do Depósito passando pelo Largo das Mercês em 2018.



Fonte: Acervo de Luiz Antônio da Cruz (2021)

É característico da procissão de Nosso Senhor dos Passos a realização do trajeto parando nos Passos de Rua. Anterior a 1807 existiam seis Passos construídos na malha urbana de Tiradentes e um era montado na Matriz de Santo Antônio próximo a data da procissão, totalizando sete Passos de Rua (SANTOS FILHO, 2015). Porém, com a decisão de mudar o trajeto do culto, onde a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e o largo começaram a fazer parte, dois desses Passos foram desativados, sendo um deles realmente demolido (SOUZA, 2019). Com os dois Passos desativados e havendo a necessidade de ter os sete, Olinto Rodrigues do

Santos Filho afirma que no mesmo acórdão de 1807⁶, a Irmandade decidiu que iria construir um no Largo das Forras (datado de 1807). Já o outro seria montado próximo a data da cerimônia em frente à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, completando assim os sete Passos de Rua, sendo cinco em malha urbana e os outros dois instalados em frente às igrejas.

Tomando-se as considerações acima, é certo que o Largo das Mercês é utilizado para esta prática religiosa desde o início do século XIX. De acordo com Taunay (2003), as procissões eram uma das atividades urbanas mais características desta época, onde eram realizadas com uma certa frequência e praticamente toda a população participava. Nessa perspectiva, Perez (2011) acrescenta que as pessoas muitas vezes se deslocavam de longe para participar das procissões, formando multidões que invadiam as ruas e largos nos arredores das igrejas. Além disso, pelo fato de os templos religiosos serem um dos principais elementos de espaço como o Largo das Mercês, as pessoas circulam pelo espaço para se deslocarem para as cerimônias realizadas pelas igrejas (BOVO; HAHN E RÉ, 2016).

Esta manifestação religiosa, a qual o Largo das Mercês faz parte, é realizada durante o período da Quaresma e da Semana Santa. A cidade de Tiradentes, em conjunto com as Irmandades, manteve a tradição e, diferentemente do século XIX, hoje não mais se monta o Passo de Rua em frente à Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

4.3 O Largo das Mercês no século XX

Entre a metade do século XIX e o início do século XX, a Vila de São José (atual Tiradentes) passou por uma grande fase de estagnação e pobreza, chegando a perder o seu status de vila entre 1848 e 1854. Esta estagnação aconteceu devido a baixa quantidade de ouro produzida nas minas auríferas, fazendo com que São José passasse a viver basicamente da agricultura (IPHAN, 2005). Já no final do século XIX e início do século XX, um pensamento voltado para a higienização, o qual dava ênfase na abertura de espaços urbanos e em construção de jardins para o lazer, começou a surgir em Tiradentes ocasionando algumas mudanças no espaço (IPHAN, 2005).

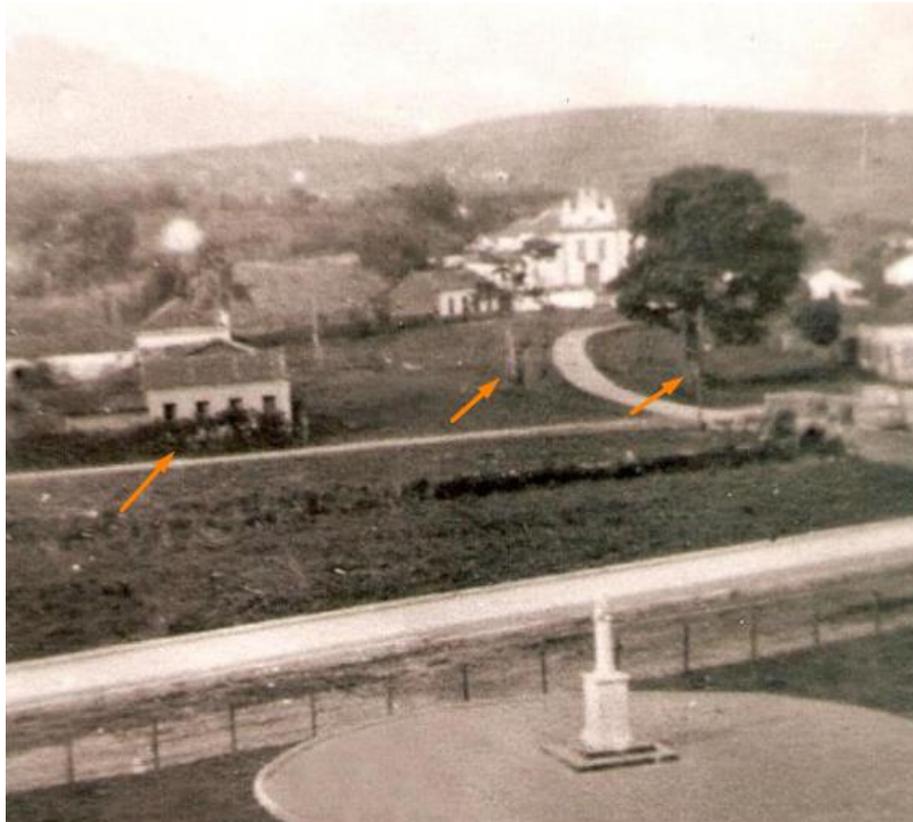
A cidade foi se transformando de forma pontual até o seu tombamento, realizado pelo até então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1938. As modificações não se concentraram no núcleo urbano setecentista e, sim, em suas bordas, gerando uma lenta integração ao já formado núcleo do século XVIII (IPHAN, 2005).

⁶ Cf. Santos Filho (2016). Disponível em: <<http://ihgt.blogspot.com/2016/03/a-festa-de-passos-atraves-dos-tempos.html>>.

Frente ao que foi dito, é provável que o Largo das Mercês pouco se alterou durante o século XIX e início do XX. Além do mais, da metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, há uma lacuna nos documentos e iconografias que ajudariam na identificação das mudanças ocorridas no Largo das Mercês.

O primeiro registro encontrado do largo é datado de 1930 (FIGURA 10). Na foto a seguir podemos observar que nesta data já havia ocorrido a introdução de espécies arbóreas e arbustivas no largo e, além disso, nota-se que grande parte do espaço era coberto por uma vegetação rasteira. É possível perceber também a presença de alguns arbustos formando uma cerca viva ao entorno da primeira casa à esquerda do largo, além de duas árvores de grande porte, uma à direita e outra na área central. Até as décadas da metade do século XX, o Largo das Mercês ainda era integrado ao Largo das Forras⁷, fato que também é observado nesta fotografia.

Figura 10 – Vista frontal do Largo das Mercês em 1930 com as primeiras espécies vegetais observadas no espaço.



Fonte: Acervo de Luiz Antônio da Cruz (2021)

⁷ ALVES, S. F. N. S. C.; GARCIA, C. S. G.; PAIVA, P. D. O. História da Praça do Largo das Forras: o ponto de encontro de Tiradentes. Lavras: Editora UFLA, 2013. v. 4. 29 p (Coleção Praças da Estrada Real. Série cidades históricas, 4).

No excerto 03 (E03), Olinto relata:

(E03) Originalmente ela era um grande gramado, que começava no Largo das Forras e no meio tinha o ribeiro cortando. [...] então, quem chegava da prefeitura via a Igreja das Mercês no fundo e um grande gramado. A única coisa que tinha, segundo dizem, era uma paineira grande no Largo das Forras e uma outra paineira grande no centro do Largo das Mercês (SANTOS FILHO, 2020).

Conforme já sinalizado, podemos aferir que a árvore localizada no centro do Largo das Mercês pode ser uma Paineira (*Ceiba speciosa*). Ainda sobre a fotografia acima (FIGURA 10), não foi possível identificar a espécie arbórea localizada à direita e os arbustos à esquerda, em função da ausência de relatos e da dificuldade de identificar somente através da imagem. Analisando o porte das árvores, estima-se que, provavelmente, elas foram plantadas nas primeiras décadas do século XX, o que nos leva a crer que o largo começou a ser arborizado entre 1900 e 1910. Atualmente, nenhum dos indivíduos vegetais da Figura 10 estão presentes no Largo das Mercês.

Nas duas décadas seguintes, o largo não passou por muitas modificações, permanecendo como uma grande área coberta pela vegetação rasteira e com poucas mudas sendo plantadas no local. De acordo com o relato da Sra. Leonor Gomes, nascida e criada no Largo das Mercês desde o final da década de 1930, o espaço se manteve com as mesmas edificações que já estavam presentes no século XIX até, aproximadamente, os anos de 1950 (GOMES, 2021). Com relação às características físicas do largo, ela afirma:

(E04) Era um largo cortado por valetas para o escoamento de água. Era necessário esquematizar e fazer uma drenagem natural para caminhar com tranquilidade.

Considerando o excerto 04 (E04) e corroborando IPHAN (2005), o qual afirma que o Largo das Mercês estava originalmente em uma área de baixada e alagadiça, os moradores do largo tinham que utilizar técnicas de drenagem para poder usufruir do espaço sem maiores problemas. As valetas mencionadas pela moradora ainda estão presentes no largo, como a imagem a seguir nos mostra (FIGURA 11).

Figura 11 - Valetas para drenagem da água pluvial no Largo das Mercês em 2021.



Fonte: Foto de Luiz Antônio da Cruz (2021)

Sobre as plantas que existiam no Largo das Mercês durante esta época, a Sra. Leonor Gomes afirma que existia um pequeno jardim de flores ao lado da casa localizada na esquina esquerda do largo, a antiga casa da Dona Rosena (FIGURA 8A). Assim, é provável que os arbustos indicados pela seta laranja da esquerda na Figura 10 possam ser parte do jardim de flores mencionado pela moradora. Além disso, a Sra. Leonor reitera que as Mangueiras (*Mangifera indica*) presentes até hoje no local foram plantadas por sua mãe entre meados dos anos de 1950 (GOMES, 2021).

Na década de 1960, ao contrário do Largo das Forras que já tinha passado por alguns processos de ajardinamento desde o final do século XIX (ALVES, GARCIA E PAIVA, 2013), o Largo das Mercês continuou a ser um grande gramado com poucas plantas sendo cultivadas e ainda sem nenhum processo de intervenção relacionado ao paisagismo da área. Essa ausência de intervenções é confirmada no excerto 05 (E05), onde Luiz Antônio da Cruz afirma:

(E05) Eu me lembro do Largo das Mercês como um grande gramado, da ponte você avistava a igreja! A não ser a mangueira, que sempre esteve lá (CRUZ, 2020).

Durante os anos de 1960, as principais mudanças ocorridas no espaço foram com relação ao casario que se formou ao entorno do largo. Foi neste período que as casas encontradas atualmente ao redor do espaço foram edificadas, alterando a paisagem do Largo das Mercês com a adição de mais cinco residências, sendo três delas pertencentes aos irmãos da Sra. Leonor Gomes. É oportuno, ainda, mencionar que nesta década as construções à beira do Rio Santo

Antônio foram erguidas, separando, assim, o Largo das Forras do Largo das Mercês definitivamente (FIGURA 12).

Figura 12 - Largo das Mercês no início de 1970 com o gramado danificado (A), a Mangueira desenvolvida, o novo casario do largo e a Sibipiruna (B).



Fonte: Acervo de Márcia Heline Gomes (2020)

Na Figura 12 (B), observa-se a casa ao fundo que impede a visão do Largo das Forras, evidenciando a separação dos largos, que antes eram interligados. Também na Figura 12 (B) à direita, nota-se a Mangueira (*Mangifera indica*) plantada na década de 1950 e já desenvolvida. Além dela, notamos uma nova espécie inserida no largo, a Sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*) que, atualmente, não faz parte da paisagem do largo. Ademais, na Figura 12 é possível perceber que há um descaso com a situação do gramado onde, tanto na imagem (A), quanto na imagem (B), existe uma grande quantidade de barro próxima a estrada que corta o Largo das Mercês.

No final da década de 1960 e início dos anos de 1970, uma das edificações que já estavam sendo construídas foi o atual Hotel Solar da Ponte, porém, durante um período da construção a obra ficou embargada por determinação do IPHAN (SANTOS FILHO, 2020). Segundo Olinto Rodrigues dos Santos Filho, ex-pesquisador do IPHAN, após um acordo com ambas as partes, o Instituto fez algumas exigências e uma delas foi que o proprietário, o inglês John Francis Parsons, plantasse algumas árvores em frente e na lateral do futuro hotel. A espécie escolhida foi a Casuarina (*Casuarina equisetifolia*), a qual é observada já moderadamente desenvolvida na imagem do final da década de 1970 (FIGURA 13), mas que hoje já não faz mais parte do espaço.

Figura 13 - Largo das Mercês no final da década de 1970 com a Sibipiruna, um exemplar arbustivo e as Casuarinas.



Fonte: Fundação João Pinheiro (1980)

Ainda sobre a Figura 13, identificamos um pequeno arbusto no centro do Largo das Mercês que não estava presente nas décadas anteriores. À esquerda, observamos a mesma Sibipiruna sinalizada na Figura 12, porém ainda mais desenvolvida.

Em uma fotografia feita do mesmo espaço apresentado pela Figura 13, mas em ângulo oposto, constatamos por meio da primeira seta à esquerda (FIGURA 14) mais uma nova árvore que não tinha sido registrada em fotografias anteriores e provavelmente, de acordo com o atual largo, é uma das Canafístulas (*Pheltophorum dubium*) que ainda está no local.

Figura 14 - Largo das Mercês no final da década de 1970 com o Cinamomo, o Flamboiã e copas arbóreas entrelaçadas.



Fonte: IPHAN (2020)

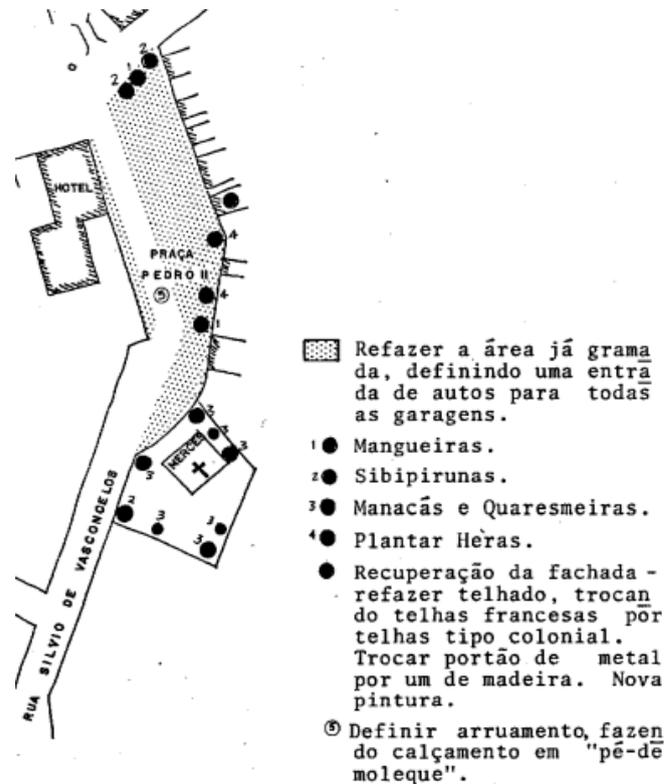
A árvore sinalizada pela seta à direita, próxima à margem do Rio Santo Antônio e ao lado da Ponte de Pedra, ainda pouco desenvolvida nesta época, encontra-se no Largo das Mercês até os dias de hoje, sendo ela o Flamboiã (*Delonix regia*). É possível que entre as duas plantas em destaque à direita tenham mais árvores, uma vez que existem outras copas entrelaçadas na imagem. Assim, ao analisar o tamanho das copas e confrontar com fotografias do largo da década de 1980 da mesma localidade evidenciada, podemos estimar que esses exemplares foram plantados entre a década de 1960 e o início dos anos de 1970. Ainda concernente a Figura 14 também é possível observar próximo à Mangueira um exemplar de Cinamomo (*Melia azedarach*) que se encontra no largo até os dias de hoje. Além dessas, ainda sob uma outra perspectiva, observamos a Casuarina e a Mangueira.

Até os anos de 1970, é provável que a maioria das espécies encontradas no local, com exceção das Casuarinas, foi plantada por moradores ou nasceu espontaneamente e, que não havia ainda uma preocupação relacionada ao paisagismo do largo. Foi então que em 1978, por solicitação do IPHAN, o Centro Urbanístico da Fundação João Pinheiro preparou um documento e elaborou as primeiras proposições paisagísticas para o Largo das Mercês (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978).

Essas proposições foram elaboradas à nível preliminar e não deram continuidade ao projeto. É interessante mencionar que no documento, a Fundação João Pinheiro (1978, p.7) relata o estado do largo na época: “A aparência geral da praça é bastante precária. O local necessita de tratamento urbano compatível”. Compreendemos por meio das imagens destacadas anteriormente, somadas à essa informação, que até o início dos anos de 1980 não existia uma preocupação com a manutenção do Largo das Mercês. Observando as fotografias anteriores, percebemos que as condições do gramado não eram boas e não haviam estruturas para garantir o conforto dos frequentadores.

Na proposta paisagística da Fundação foi idealizada a conservação da atmosfera agradável e tranquila do largo, refazendo o gramado e plantando árvores de grande porte ao entorno do espaço das mesmas espécies que já existiam no local (Mangueira, Sibipiruna). Para os bancos, indicaram blocos de pedra sob as copas das árvores em meio ao gramado. No adro da igreja, foram propostas algumas Quaresmeiras. Além disso, também idealizaram uma nova iluminação (FIGURA 15) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978).

Figura 15 – Proposições paisagísticas feitas pela Fundação João Pinheiro em 1978.



Fonte: Fundação João Pinheiro (1978)

A Fundação ainda indicou o plantio de Hêras (*Hedera helix*), definição de uma entrada no gramado, que até então não existia, para que os veículos pudessem entrar nas garagens, além da reforma em uma das fachadas das residências e um calçamento para as ruas no estilo “pé-de-moleque” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978). A proposta ficou apenas em papel e o projeto paisagístico não foi implantado no Largo das Mercês.

Alguns anos à frente, no início na década de 1980, o pequeno jardim localizado em frente a casa da Dona Rosena (FIGURA 8A), ainda estava complementando a paisagem do Largo das Mercês e contribuindo com a simples estética do espaço. Havia neste jardim as Roseiras (*Rosa sp.*), as Espadas-de-São-Jorge (*Dracaena trifasciata*) e algumas plantas de pequeno porte (FIGURA 16). Na parte inferior da imagem, em meio a trilha feita pelos pedestres, observa-se que na área onde originalmente teria que ser só o gramado, também cresciam muitas plantas espontâneas.

Figura 16 - Jardim de plantas ornamentais com Rosas e Espadas-de-São-Jorge no Largo das Mercês em 1981.



Fonte: Acervo de Olinto Rodrigues Filho (2020)

Mediante o exposto, o Largo das Mercês durante boa parte do século XX não passou por grandes intervenções e teve apenas modificações pontuais ao longo deste período, mantendo, assim, seu “desenho” orgânico relativamente semelhante. Até os primeiros anos de 1980, ainda não tinha o calçamento de pedra característico de Tiradentes e nem calçada para o trânsito de pedestres. Por esse motivo, as ruas que delimitavam o espaço eram de terra e cascalho e o gramado era exatamente no nível das ruas. Para chegar em suas residências, os moradores do Largo das Mercês tinham que atravessar o gramado abrindo os próprios caminhos, os quais iam se moldando de acordo com o fluxo das pessoas. De acordo com os relatos dos moradores, a iluminação nesta época era precária e não haviam muitos postes de luz.

Vale lembrar também que, em virtude dos ângulos e do enquadramento das fotografias anteriormente apresentadas, nem todas as espécies vegetais que poderiam existir no largo até a década de 1980 puderam ser evidenciadas.

Outro fato importante é que, desde sua origem, por estar naturalmente alocado em uma área de baixada, o Largo das Mercês sempre gerou uma preocupação aos moradores devido aos problemas com as águas pluviais que escoam de diferentes bairros e que deságuam no largo. Nesse sentido, no início dos anos de 1980 foi feito o primeiro projeto de intervenção no Largo das Mercês com o objetivo de tentar solucionar o problema da falta de drenagem (IPHAN, 2020). No mesmo período, também foi executado, em conjunto com as obras de drenagem, o primeiro e único projeto paisagístico implantado do Largo das Mercês, o qual foi idealizado

pelo renomado paisagista brasileiro, Roberto Burle Marx (IPHAN, 2020), como veremos no tópico a seguir.

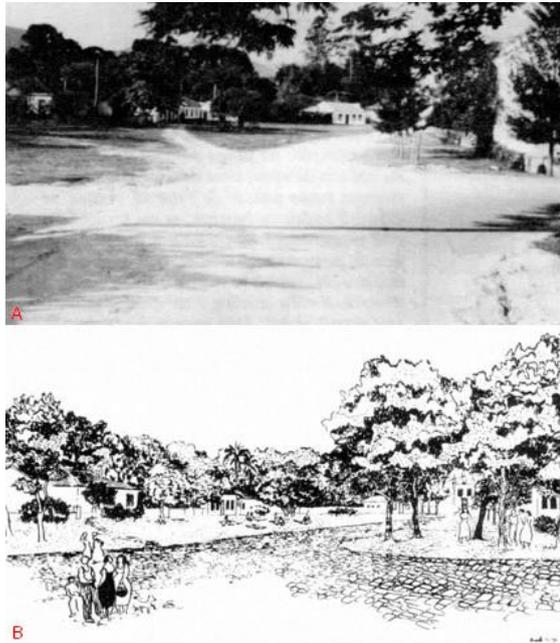
4.3.1 O primeiro projeto paisagístico implantado no Largo das Mercês

Em 1980, a cidade de Tiradentes foi contemplada com a doação de seis projetos paisagísticos de Roberto Burle Marx, sendo um deles destinado ao Largo das Mercês. Na ocasião, o projeto foi executado com recursos da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em convênio com o SPHAN (FROTA, 1993). Em depoimento ao Boletim do SPHAN (1980, n.9, p.14), Burle Marx relata que os jardins de Tiradentes são um complemento paisagístico em meio às características arquitetônicas da cidade:

A nossa ideia, desde o princípio, foi justamente não complicar e procurar acentuar o caráter da arquitetura. Porque em Tiradentes, a beleza o que é? É aquele terreno onde há uma arquitetura muito bonita, muito rica. Dentro da simplicidade, ela é forte, expressa muito. A ideia do jardim é que ele seja uma complementação da paisagem urbana e que se ligue com a outra paisagem, a das montanhas, que se vê ao fundo.

Frente ao que foi dito, o projeto do Largo das Mercês elaborado pelo paisagista não descaracterizava o conjunto arquitetônico do espaço e se manteve fiel às características que sempre fizeram parte do espaço. Na Figura 17, observamos que, mesmo com a nova vegetação idealizada por Burle Marx, o largo continuou na forma clássica e as espécies implantadas não ofuscariam o conjunto arquitetônico.

Figura 17 - Largo das Mercês em 1980 (A) e Largo das Mercês nas concepções de Roberto Burle Marx (B).



Fonte: Boletim SPHAN (1980)

Uma das preocupações da equipe de Roberto Burle Marx ao desenvolver os projetos de Tiradentes foi destacar a arquitetura da cidade e, a fim de propor as melhores soluções, a equipe fez o detalhamento das áreas, levantamentos topográficos e várias visitas aos locais (IPHAN, 2020). Na proposta dos projetos a equipe menciona:

A intenção da proposta é que a vegetação a introduzir seja a transição entre arquitetura e paisagem existentes, evitando-se ao mesmo tempo sofisticação que poderiam competir com a beleza das construções, e que resultariam de difícil manutenção. Por essas razões, resulta uma solução muito simples e natural, a vegetação atuando num plano secundário, simples complementação de um conjunto cênico onde o elemento dominante deve ser a arquitetura e a estrutura da paisagem (IPHAN, 2020).

Dessa forma, Burle Marx e sua equipe fizeram todos os projetos com respeito à tradicional arquitetura da cidade e ainda de acordo com os conceitos relacionados aos jardins históricos, onde o projetista não tem a total liberdade no momento da criação (JUSTE E PAIVA, 2015).

Mesmo nos dias de hoje, os projetos paisagísticos em jardins históricos ainda são temas de debate. No Brasil, com exceção do curso de graduação Composição Paisagística, não existem cursos de ensino superior voltados exclusivamente para o paisagismo e, além disso, também não há regulamentação profissional por parte do governo. Por essa razão, profissionais de

diferentes áreas atuam no ramo e se denominam como paisagistas. Diferentemente do Brasil, nos Estados Unidos e nos países da Europa, existem conselhos como ASLA e IFLA, onde os profissionais filiados a eles possuem treinamento e são regulamentados para atuar como paisagistas, inclusive em jardins históricos. No Brasil, como não há regulamentação e cursos especializados, há a necessidade de criar políticas e diretrizes para analisar cada caso (PASTORE E PAIVA, 2020). Dessa forma, os projetos de intervenções relacionados aos jardins históricos no Brasil devem ser feitos com cautela e sempre priorizando profissionais capacitados.

No projeto paisagístico do Largo das Mercês, por exemplo, com exceção das Casuarinas plantadas junto ao Hotel Solar da Ponte, todos os outros indivíduos que já estavam no local entraram como parte do projeto. As Casuarinas retiradas foram substituídas pelo Ipê-Amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*) sob recomendação de Burle Marx, que tinha como prioridade utilizar espécies nativas em seus trabalhos. No projeto foi dimensionado, no estilo capistrana⁸, o calçamento das ruas que delimitavam o Largo das Mercês, que até então ainda eram de terra e cascalho. Para o calçamento, foram utilizadas lajes de arenito que, na época, ainda podiam ser extraídas da Serra de São José. Originalmente, pelo fato de as casas não possuírem garagem na época, o paisagista não esboçou um caminho na área gramada para que os moradores do largo conseguissem chegar com os carros até suas casas, como acontece hoje em dia. Ademais, o trabalho também incluía a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, onde foi traçada a ornamentação do adro (IPHAN, 2020).

As espécies escolhidas por Roberto Burle Marx para o plantio no largo foram⁹: *Tibouchina holosericea* Baill.(Quaresmeira roxa), atualmente denominada *Tibouchina granulosa*; *Tecoma chrysotricha* Mart.(Ipê-amarelo-cascudo), atualmente denominada *Handroanthus chrysotrichus*; *Cassia bicapsularis* L.(Canudo-de-pito), atualmente denominada *Senna bicapsularis*; *Arecastrum romanzoffianum* Bell.(Palmeira-jerivá), atualmente denominada *Syagrus romanzoffiana*; *Erythrina falcata* Benth.(Mulungu); *Tibouchina radula* Markgraf.(Quaresmeira branca) e *Paspalum notatum* Fluegge.(Gramma-batatais). Para o adro da igreja foram: *Roystonea oleraceae* O.F. Cook.(Palmeira-imperial); *Tecoma heptaphylla* Mart.(Ipê-roxo), atualmente denominado *Handroanthus heptaphyllus*, e *Paspalum notatum* Fluegge (Gramma-batatais) (IPHAN, 2020).

⁸ Estilo de calçamento tradicionalmente encontrado em cidades coloniais.

⁹ Nome das espécies descritas de acordo com o projeto original de Roberto Burle Marx e relatórios do IPHAN.

Na planta do projeto (FIGURA 17) é possível observar a disposição e localização exata de cada espécie. As espécies arbustivas (Quaresmeiras roxa e branca) foram alocadas nas laterais do largo próximas aos muros e calçadas das residências. Onde anteriormente existia um gramado sem espécie definida, foi sugerida a substituição completa por tapetes de Grama-batatais. Os Canudos-de-pito, que são árvores de pequeno porte, foram dispostos na parte superior esquerda e direita do largo e também junto à margem do Rio Santo Antônio. O Ipê-Amarelo e o Mulungu foram as espécies mais utilizadas no projeto de Burle Marx, sendo os Ipês colocados na região gramada em frente à ponte de pedra e na lateral direita do largo em frente à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, enquanto que os Mulungus foram alocados no gramado ao lado da casa à esquerda da capela. Já as Palmeiras-jerivás foram dispostas no gramado da lateral direita do Largo das Mercês, próximo ao muro do terreno do Hotel Solar da Ponte.

Além de priorizar espécies nativas de ocorrência na região de Tiradentes, Roberto Burle Marx acredita que os jardins públicos, como o Largo das Mercês, devem ser de fácil manutenção (JORNAL DO BRASIL, 1980). Sobre este tema, Roberto afirma:

Acho que a manutenção será muito mais fácil, pois não teremos plantinhas que a toda hora precisam ser podadas. Agora as dificuldades existem. [...] Por isto acho que precisa haver um jardineiro naquilo que nós queremos dizer através das plantas. Nós queremos orientar os jardineiros (BOLETIM DO SHPAN, v.9, p.15).

O projeto idealizado pelo paisagista foi pensado com o máximo de detalhes possível, desde a escolha das espécies, onde privilegiou a fauna regional, até as técnicas mais adequadas para a manutenção do largo. Seu intuito era que o projeto fosse implantado e o jardim levado até as próximas gerações, ficando marcado na história e se comportando como grandes monumentos.

Figura 18 - Projeto paisagístico original de Roberto Burle Marx para o Largo das Mercês de 1980.



Fonte: IPHAN (2020)

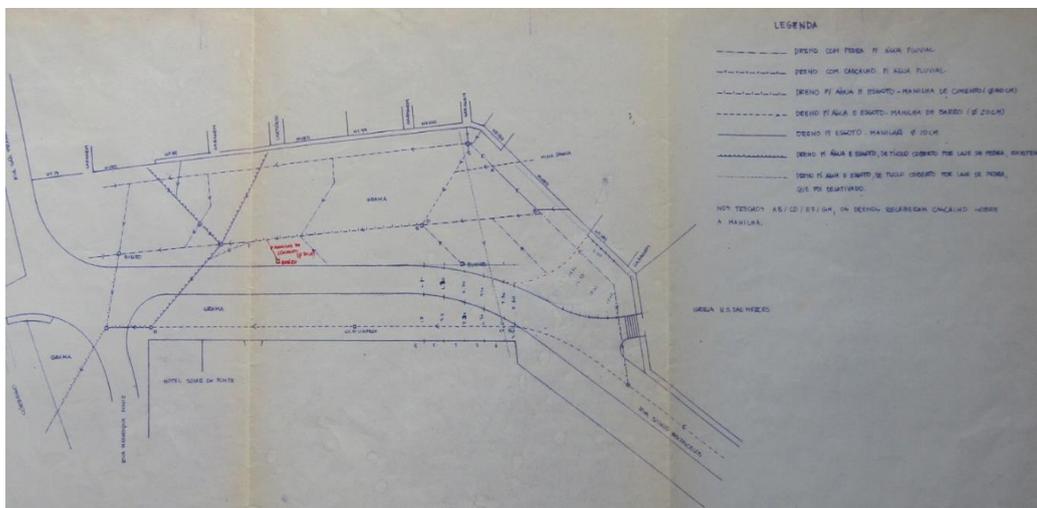
Já com relação ao adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês foram escolhidos os Ipê-roxos e as Palmeiras-imperiais, com os ipês sendo plantados à frente e ao fundo do adro. As palmeiras foram colocadas na lateral da igreja, com o objetivo de não obstruir a fachada da capela.

No projeto notamos, ainda, que Roberto Burle Marx também optou por alocar alguns bancos sob as copas das árvores na área central do gramado e também na região próxima à margem Rio Santo Antônio ao lado da ponte de pedra, a fim de que proporcionasse um conforto maior aos frequentadores do Largo das Mercês. Assim, percebemos que Burle Max tentou deixar o largo como um local de descanso e contemplação, onde os moradores e visitantes poderiam sentar-se em bancos sombreados pelas árvores e admirar todo o conjunto arquitetônico do espaço. Neste sentido, o paisagista afirma que a maneira como o largo era utilizado foi respeitada e também considerada no projeto, como veremos no trecho a seguir:

[...] se eu proíbo que se pise nos gramados, chega um momento em que as pessoas não têm mais prazer nas praças, vem a reação e aí o pessoal destrói. Então a ideia é que os gramados sejam utilizados. Não vamos fazer um caminho para cada casa. É preferível que deixar aparecer naturalmente, dentro da idéia de não perturbar a vida cotidiana da cidade (SPHAN, 1980, v.9, p.15)

Mesmo o projeto sendo entregue em 1980, as obras de implantação só foram iniciadas quatro anos após a entrega, no ano de 1984, mediante ao financiamento fornecido pela Fundação Nacional Pró-Memória. Meses antes do início da execução do projeto, o então prefeito de Tiradentes, Nilzio Barbosa, havia feito um pedido para que fosse realizado um projeto de drenagem para o Largo das Mercês, o qual foi projetado e entregue pelo engenheiro da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais) em maio de 1984 (FIGURA 18). Sendo assim, a execução do projeto paisagístico de Burle Marx começou com a implantação da nova drenagem do Largo das Mercês, em julho de 1984 (IPHAN, 2020).

Figura 19 - Projeto de drenagem elaborado para o Largo das Mercês em 1984.



Fonte: IPHAN (2020)

A drenagem desta área, conforme já foi dito, sempre foi um problema e, com o passar dos anos, Tiradentes foi se desenvolvendo e novos bairros foram surgindo na região ao entorno do Largo das Mercês (CAMPOS, 2013). O processo de urbanização foi alterando a paisagem aumentando drasticamente o volume de água pluvial que escoava em direção a área do largo. Além disso, por estar próximo ao Rio Santo Antônio, havia uma preocupação com as fortes chuvas que, quando atingiam Tiradentes, o nível do rio ultrapassava a margem e inundava o Largo das Mercês. Assim, no início da década de 1980, os moradores do largo solicitaram, perante à administração pública, uma solução para mitigar este problema (IPHAN, 2020).

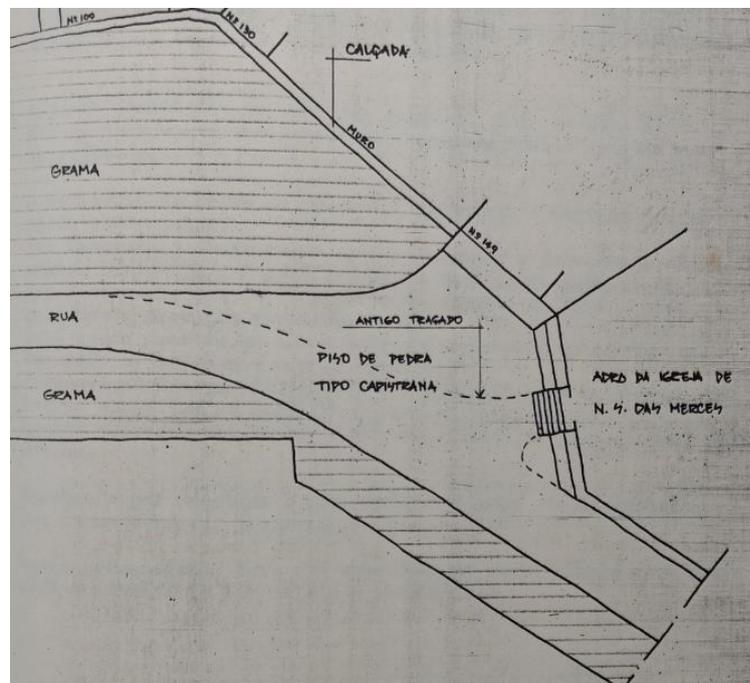
As obras com relação ao projeto de drenagem do largo se estenderam até, aproximadamente, dezembro de 1984 e, neste intervalo pouca se fez com parte ligada ao paisagismo. Após o término da implantação da nova drenagem, foi executado o projeto paisagístico propriamente dito, obra que se estendeu até o início de 1986. Durante a execução,

a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) instalou a rede elétrica subterrânea para que os postes em modelo de lâmpião colonial fossem instalados nos próximos anos (IPHAN, 2020).

Conforme o projeto foi sendo implantado, a Prefeitura de Tiradentes decidiu fazer algumas alterações no projeto original de Roberto Burle Marx. A primeira decisão foi retirar os Ciprestes (*Cupressus sempervirens*) plantados no início da década de 1980 e localizados próximos a ponte de pedra e, por recomendação de Burle Marx, substituí-los por mudas de Canudo-de-pito (arbusto). Segundo o relatório de obras do IPHAN, os ciprestes foram retirados para não obstruir a visão da ponte, porém não consta nos registros o plantio das mudas de Canudo-de-pito. Foi adicionada ao projeto uma calçada de pedra rente ao muro das casas situadas no Largo das Mercês, facilitando a chegada dos moradores em suas residências sem passar pelo gramado em dias de chuva (IPHAN, 2020).

A mudança mais significativa, de acordo com o projeto original, foi com relação ao traçado da rua em frente à Igreja das Mercês. No novo esboço, a rua seria mais ampla e o adro da igreja seria maior (FIGURA 20).

Figura 20 - Novo traçado da rua em frente à igreja de Nossa Senhora das Mercês (1984).



Fonte: IPHAN (2020)

O IPHAN apresentou três justificativas para a mudança, sendo elas: local onde são montadas as barracas da Festa de Nossa Senhora das Mercês; criar um espaço para os visitantes

estacionarem os carros, sem subir no gramado; destacar o adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e valorizar ainda mais o monumento. Houve também uma sutil mudança na passarela de acesso à Igreja de Nossa Senhora das Mercês (IPHAN, 2020).

É oportuno mencionar, ainda, que após a implantação do projeto ter sido concluída, os relatórios do IPHAN afirmam que não foi possível plantar todas as espécies que estavam propostas no projeto de Roberto Burle Marx. Na ocasião, a Prefeitura de Tiradentes não conseguiu comprar todas as mudas necessárias por falta de oferta no mercado da região (IPHAN, 2020).

Sendo assim, em janeiro de 1986, foi concluído o primeiro e único projeto paisagístico implantado no Largo das Mercês que, apesar de ter sofrido algumas alterações em relação ao projeto original de 1980, foi executado de acordo com as condições que a cidade de Tiradentes tinha naquela época. Na Figura 21, observamos os resultados após a implantação do projeto.

Figura 21 - Largo das Mercês em janeiro de 1986 após a conclusão do projeto paisagístico com as mudas protegidas (A) e espécies arbóreas de grande porte.



Fonte: IPHAN (2020)

Atentando-se à Figura 21 do largo após o término das obras do projeto idealizado por Roberto Burle Marx, podemos observar que realmente não foram seguidas todas as propostas. Os arbustos que deveriam ser plantados próximos às calçadas das casas à esquerda não foram colocados, assim como os bancos, que deveriam estar alocados sob as copas das árvores ao centro da imagem (A) e à esquerda da imagem (B). Na imagem (A), destacamos, por meio da seta, as novas mudas plantadas sendo protegidas por cerca de bambu, também presentes na imagem (B) em frente à casa branca ao fundo. Já na imagem (B), destacamos as copas das árvores que, ao confrontar com a imagem do largo do final dos anos de 1970 (FIGURA 14), fica claro que algumas árvores realmente estavam plantadas neste local desde meados dos anos de 1960. Além disso, no projeto de Burle Marx datado de 1980 (Figura 18), elas também foram evidenciadas. Outro ponto a se observar foi o fato de o paisagista não ter idealizado em seu projeto uma calçada para que os pedestres pudessem transitar sem ter que passar pelo gramado ou pela própria rua, deixando o calçamento no mesmo nível do gramado e remetendo ao antigo e histórico Largo das Mercês.

Alguns anos à frente, já na década de 1990, a cidade de Tiradentes começou a receber um fluxo maior de turistas. Nesse sentido, com o objetivo de não danificar a vegetação e de facilitar o controle dos carros que estavam estacionando dentro dos gramados nos dias em que a cidade recebia um número maior de turistas, foram colocados piquetes de cimento para bloquear a entrada de veículos dentro da área gramada (FIGURA 22). Essa foi a primeira alteração no largo após o projeto ser implantado.

Figura 22 - Largo das Mercês em 1991 com os piquetes de cimento e espécies do projeto paisagístico de 1986.



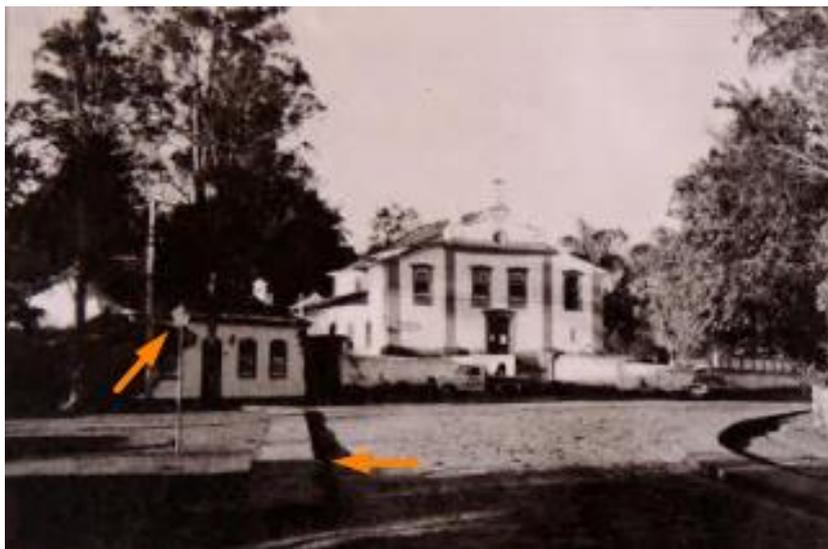
Fonte: IPHAN (2020)

Na Figura 22, a seta destaca as árvores indicadas por Burle Marx que foram plantadas durante a execução do projeto paisagístico. A espécie arbórea proposta para essa região do largo foi o Mulungu que, após alguns anos, se mostrou adaptada e com um bom desenvolvimento. Observamos também uma falha na parte central do gramado em função da passagem constante dos carros em direção à garagem das casas.

Os piquetes de cimento não permaneceram por muito tempo, uma vez que ainda não havia uma calçada para os pedestres transitarem em segurança quando o fluxo de carros era grande. E mesmo com os piquetes, muitas pessoas ainda conseguiam entrar e estacionar seus carros dentro da área gramada, danificando a vegetação e descaracterizando o projeto paisagístico implantado anos antes. Por esse motivo, foi necessário realizar mais uma mudança no projeto idealizado por Roberto Burle Marx (IPHAN, 2020).

Em meados da década de 1990, realizou-se a retirada dos piquetes e foi construída uma calçada de lajes de arenito ao entorno de toda a área gramada (FIGURA 23), modificando permanentemente a paisagem do largo (SANTOS FILHO, 2020). Neste mesmo período, também foram instalados os postes de iluminação no estilo lampião colonial. Com essa alteração, o gramado deixou de ser do nível da rua pela primeira vez ao longo de sua história. Porém, foi uma modificação realizada para a proteção dos pedestres e, principalmente, para a preservação da área verde existente no espaço (CRUZ, 2020).

Figura 23 - Largo das Mercês em 1996 com a nova calçada de lajes de arenito e a nova iluminação com postes em modelo colonial.



Fonte: SAT-INCONFIDÊNCIAS (1996)

Na mesma época, o Largo das Mercês, com o projeto paisagístico já estabelecido, se tornou uma grande área verde urbana em meio aos casarios e sobrados do século XVIII e XIX, chamando a atenção com seu estilo diferente da maioria das praças e largos encontrados em cidades coloniais mineiras. Com seu conceito único, o Largo das Mercês se transformou um ponto turístico de Tiradentes, onde todos que vão à cidade passam por ele e admiram a paisagem. Atualmente o largo é utilizado como um espaço de lazer, descanso, contemplação, práticas esportivas e religiosas, socialização, área comercial e, desde o século passado, também é palco de tradições e eventos que atraem a população.

4.3.2 Uso e apropriação do Largo das Mercês

Devido à presença da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, o largo sempre foi um ambiente utilizado para práticas religiosas, como procissões e missas. Para além dessas, o Largo das Mercês também é o espaço onde, desde o final do século XIX, acontece a tradicional Festa de Nossa Senhora das Mercês (SANTOS FILHO, 2020). No início, a festa era feita com muita exuberância e ainda contava com danças folclóricas como o congado, que nos dias de hoje não é mais visto na cidade de Tiradentes (SANTOS FILHO, 1996). Festividade comumente chamada de quermesse, a Festa de Nossa Senhora das Mercês é realizada no mês de setembro e conta com a presença de barracas, música e comidas típicas da região.

No Largo das Mercês, em meados do século XX, era comum a realização da Folia de Reis, festa folclórica da religião católica para celebrar o encontro dos reis magos com o menino Jesus. Em 6 de janeiro, último dia das comemorações, a Sra. Leonor Gomes relata que o largo recebia a Folia de Reis com as tradicionais bandeiras e canções que fazem parte da comemoração. De acordo com o seu relato, a Folia de Reis levava uma grande quantidade de pessoas para o Largo das Mercês, porém com o passar dos anos, a antiga tradição que fazia parte do largo e da cidade foi deixada para trás e atualmente não acontece mais da forma que era há alguns anos (GOMES, 2021).

Em todos os depoimentos concedidos à pesquisa, foram relatados os exóticos acampamentos ciganos que eram montados no gramado do largo durante o século XX. Esses acampamentos se misturavam com a paisagem do largo e com as tradições de Tiradentes, mas passaram a ser proibidos após a implantação do projeto de Roberto Burle Marx. Outro fato também mencionado nos relatos foi a presença de circos, os quais instalavam suas tendas e se apropriavam do espaço livre do Largo das Mercês. Até meados dos anos de 1990, eles eram muito comuns na cidade, porém, assim como os acampamentos ciganos mencionados

anteriormente, os circos também foram proibidos de instalar suas acomodações no Largo das Mercês após a execução do projeto paisagístico em 1986 (CRUZ, 2020; GOMES, 2020; SANTOS FILHO, 2020; GOMES, 2021).

Até a década de 1990, os relatos indicam que o Largo das Mercês era um ambiente tranquilo onde os moradores e habitantes de Tiradentes aproveitavam o espaço para práticas esportivas, relaxavam sob o frescor das sombras das árvores e faziam atividades ao ar livre, como piqueniques e aulas práticas com os alunos das escolas municipais. Para além desses usos, o largo era, principalmente, um local de encontro, socialização e convivência (CRUZ, 2020; GOMES, 2020, GOMES, 2021). Além de contribuir para a estética da cidade, as praças e largos são lugares de acontecimentos, encontros, tradições e práticas sociais e, por esse motivo, são espaços essenciais para quem vive em meio urbano (SILVA; MAGAGNIN E CASTRO, 2019).

A partir do final dos anos de 1990, Tiradentes foi se desenvolvendo em um ritmo acelerado, estimulando o turismo ano após ano e trazendo investimentos para a cidade. Durante este período a cidade começou a promover um ideal de restauração e preservação do seu patrimônio histórico, natural e artístico (ALVES; GARCIA E PAIVA, 2013). Entretanto, mesmo com o pensamento de preservação sendo iniciado nesta década, não havia por parte da Prefeitura de Tiradentes diretrizes relacionadas aos espaços como o Largo das Mercês (NEVES E CASTRO, 2020).

Nesse sentido, nos últimos anos da década de 1990, o espaço do Largo da Mercês recebia eventos que, na época, já levavam um grande número de pessoas para o largo. O primeiro grande acontecimento que ocorreu neste ambiente foi a 1^o Mostra de Cinema de Tiradentes em janeiro 1998, onde foi montada uma estrutura da tenda circense na área gramada do largo (FIGURA 24). A Mostra de Cinema de Tiradentes utilizou o Largo das Mercês até o ano de 2000 e, em janeiro de 2021, ela completou sua 23^o edição. Entretanto, sob determinação do IPHAN, a legislação com relação a esse espaço se atualizou e o evento passou a ser em outro local (NEVES E CASTRO, 2020).

Figura 24 - Tenda circense instalada no Largo das Mercês para sediar a 1º Mostra de Cinema de Tiradentes em 1998.



Fonte: Neves e Castro (2020)

Outro importante evento da cidade, o Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes, teve sua primeira edição em agosto de 1998, sendo utilizado o espaço do Largo das Mercês para a realização de algumas exposições artísticas (FIGURA 25), além de cursos na área da gastronomia. O festival gastronômico instalava pequenas estruturas que não chegavam a comprometer o largo ao nível das primeiras edições da Mostra de Cinema. Porém, ainda danificava a vegetação e descaracterizava todo o projeto paisagístico que fora implantado na década de 1980 (CRUZ, 2020). Assim, como no caso da Mostra de Cinema, a partir dos anos 2000, o Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes também deixou de utilizar o largo por determinações do IPHAN.

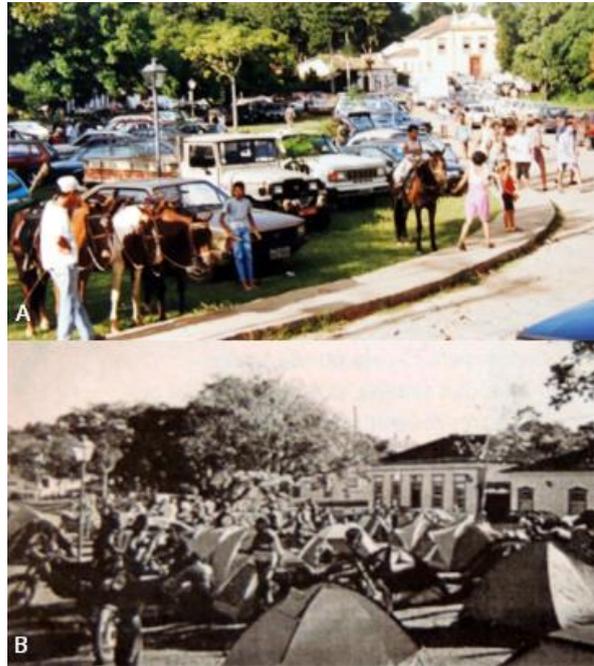
Figura 25 - Escultura de Paulo Lender (A) e escultura de Marcos Coelho Benjamim (B) em 1999 no 2º Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes.



Fonte: Acervo de Luiz Antônio da Cruz (2021)

Neste mesmo período, outros eventos que aconteciam em Tiradentes se apropriavam do espaço do Largo das Mercês, mas que não eram previamente acordados entre organizadores, Prefeitura Municipal e IPHAN, como era a Mostra de Cinema e o Festival Cultura e Gastronomia. Dois que merecem destaque são o Carnaval e o Bike Fest, eventos que desde a década de 1990 levam muitos turistas à cidade de Tiradentes. Como mencionado por Neves e Castro (2020), até 2001 não existia diretrizes para a ocupação da área do Largo das Mercês, dessa maneira, muitas das vezes que Tiradentes recebia uma grande quantidade de turistas, o espaço gramado do largo se transformava em um estacionamento de veículos ou até mesmo em um grande acampamento (FIGURA 26). Além de gerar um incômodo para os moradores do largo, a vegetação era totalmente depreciada, havendo perda significativa do gramado e das demais espécies plantadas implantadas (INCONFIDÊNCIAS, 2001).

Figura 26 – Estacionamento de carros no carnaval de 1998 (A) e acampamento no gramado no Bike Fest de 2001 (B).



Fonte: (A) Acervo Luiz Antônio da Cruz (2020) e (B) SAT-Inconfidências (2001)

A partir do início do século XXI, Tiradentes começou a receber um número de turistas muito maior se compararmos às décadas anteriores. Os eventos já eram popularmente conhecidos em grande parte do Brasil e a cidade já recebia pessoas que saíam de diferentes regiões para aproveitar as festividades e conhecer as atrações turísticas. Outro ponto interessante a ser mencionado é o fato de Tiradentes ter começado a aparecer como cenário em gravações de novelas e de seriados de televisão, gerando um desenvolvimento acentuado do turismo na cidade (NEVES E CASTRO, 2020).

A cidade de Tiradentes, que já havia iniciado um pensamento de preservação do patrimônio na década de 1990 (ALVES; GARCIA E PAIVA, 2013), começou a se preocupar ainda mais com esta questão, traçando regras e restrições para que seu patrimônio não fosse perdido, uma vez que Tiradentes é dependente dele para gerar empregos, trazer investimentos e continuar se desenvolvendo.

Frente ao que foi dito, o Largo das Mercês, mesmo com as restrições a determinados eventos, não deixou de ser uma grande área verde urbana com a qual a população e turistas se identificam.

Espaços como o largo (jardim histórico) têm atraído um número maior de visitantes nos últimos tempos, mas para que esse interesse se torne ainda maior, é necessário que o espaço

tenha estruturas que gerem conforto aos usuários. O turismo destes ambientes fornece novas experiências, conhecimentos e também a sensação de fazer parte da rotina do destino. Ainda como parte da experiência, os visitantes podem aproveitar de elementos culturais, naturais e históricos, onde cada jardim apresenta uma história própria e singular (PAIVA; SOUSA E CARCAUD, 2020). Através da visita a estes locais, as pessoas conseguem entender a cultura local e a história da sociedade, na qual o jardim está inserido. Como parte essencial do patrimônio cultural e paisagístico, os jardins históricos têm um grande potencial turístico, onde cada estrutura do espaço colabora com sua identidade (PAIVA; SOUSA E CARCAUD, 2020).

Dessa forma, o largo continua sendo um lugar para socialização, convivência e recreação em suas diferentes formas. Atualmente são poucos os eventos que utilizam o espaço do Largo das Mercês e, quando acontecem são, em suma maioria, eventos beneficentes.

4.4 O atual Largo das Mercês

Por ser uma das atrações turísticas de Tiradentes, o Largo das Mercês atraiu comerciantes e empresários para estabelecerem seus pontos comerciais no local. Nele existem um hotel, duas pousadas, uma loja de artesanatos, uma cafeteria, uma farmácia, um restaurante, um museu e uma igreja. Moradores e turistas, além de aproveitarem o ambiente do largo, também ficam à vontade para consumir o comércio do entorno. Próximo à ponte de pedra, há ainda um ponto de aluguel de cavalos para realização de passeios turísticos. O largo que era majoritariamente composto por moradias familiares não existe mais, permanecendo no ambiente somente três residências com essa característica. Entre os pontos comerciais e as residências familiares, o espaço totaliza onze edificações. Essas características presentes no Largo das Mercês são comuns em praças de cidades de pequeno porte, onde ao entorno desses espaços existem pontos comerciais, moradias e edifícios religiosos, tornando-o um dos principais locais do município (SALGADO *et al.*, 2020).

A estrutura básica do Largo das Mercês continua praticamente a mesma, sua forma pouco se alterou e ainda remete ao antigo largo dos séculos passados: uma grande área gramada com espécies arbóreas compondo a paisagem. Atualmente, em meio ao gramado, existem dois caminhos feitos com lajes de arenito que ligam a rua às edificações, diferentemente do que foi proposto pelo projeto de Roberto Burle Marx.

Até as primeiras décadas do século XXI, o Largo das Mercês permaneceu sem os bancos idealizados por Roberto Burle Marx e, até serem colocados, os frequentadores utilizavam o próprio gramado para sentar e relaxar sob as copas das árvores. Mesmo seguindo as posições

indicadas no projeto paisagístico implantado, os bancos instalados foram de materiais diferentes dos propostos por Roberto. A instalação destas estruturas aconteceu anos após a execução do projeto e, por isso, os próprios moradores do largo colocaram os bancos sob o gramado, os quais fogem do padrão dos demais (FIGURA 27).

Figura 27 - Banco feito com madeira e ferro.



Fonte: Acervo de Michele Valquíria dos Reis (2021)

Por falta de manutenção e assistência técnica, cinco exemplares de Mulungu morreram e não foram substituídos de acordo com projeto anteriormente implantado (CRUZ, 2020). As Quaresmeiras e os Canudo-de-pito, mudas que estavam em falta na época da execução do projeto, nunca foram plantadas e, no local onde foi indicado, foi feito o plantio de outras espécies.

Mesmo com as alterações, o conceito do projeto paisagístico implantado em 1986 ainda prevalece, visto que a vegetação presente no largo está disposta de forma a valorizar o conjunto arquitetônico do entorno. Entretanto, pode-se considerar que o projeto foi descaracterizado, uma vez que existe um número maior de exemplares e espécies das propostas por Burle Marx. Além disso, elas também estão fora da localização traçada pelo paisagista.

Incluindo as espécies que já existiam no espaço, atualmente, a maioria das plantas encontradas no Largo das Mercês se difere das idealizadas por Roberto Burle Marx, a saber: Ipê-amarelo-cascudo (*Handroanthus chrysotrichus*); Canafístula (*Pheltophorum dubium*); Mulungú (*Erythrina velutina*); Magnólia (*Magnolia grandiflora*); Paineira (*Ceiba speciosa*), Palmeira Jerivá (*Syagrus romanzoffiana*); Jacarandá Caroba (*Jacaranda cuspidifolia*); Flamboiã (*Delonix regia*); Cinamomo (*Melia azedarach*); Mangueira (*Mangifera indica*); Ficus

(*Ficus benjamina*); Sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*); Goiabeira (*Psidium guajava*); Pau-Brasil (*Paubrasilia echinata*); Palmeira-Imperial (*Roystonea oleraceae*); Grama-batatais (*Paspalum notatum*); Coroa-de-cristo (*Ehphorbia milii*); Espada-de-São-Jorge (*Dracaena trifasciata*); Agave (*Agaves sp.*); Hortências (*Hydrangea macrophylla*); Helicônia (*Heliconia sp.*); Falsa-Íris (*Neomarica caerulea*); Palmeira Buriti (*Mauritia flexuosa*); Areca-bambu (*Dyopsis lutescens*); Sunpatiens (*Impatiens hybrida*); Roseira (*Rosa sp.*) (FIGURA 28).

Figura 28 – Diferentes perspectivas do Largo das Mercês em 2020.



Fonte: Do autor (2020)

Alguns indivíduos mais antigos, como os Cinamomos e um dos Flamboiãs, estão mais depreciados e, provavelmente, serão subtraídos para uma futura reposição. As Palmeiras Jerivás não se adaptaram ao Largo das Mercês e já foram replantadas algumas vezes, porém, as novas mudas também estão muito danificadas pelos cavalos que ficam soltos no largo, necessitando de proteção para continuarem se desenvolvendo (FIGURA 29).

Figura 29 - Mudanças danificadas de Palmeira Jerivá.



Fonte: Do autor (2020)

Comparando o atual estado do Largo das Mercês com o largo de décadas atrás, observamos que o ambiente está mais arborizado e com um número maior de espécies vegetais. Mesmo com a descaracterização do projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, o jardim do largo se tornou uma grande área verde urbana localizada no centro histórico de uma cidade colonial.

Como área verde urbana, ele traz consigo benefícios que refletem na sociedade e no meio ambiente. Espaços como este auxiliam na redução da temperatura, na melhoria da qualidade do ar, na redução de ruídos, além de funcionarem como abrigo da vida selvagem, melhorarem o escoamento superficial e reduzirem o impacto dos ventos (PAIVA, 2020). Os jardins também proporcionam uma sensação de paz, tranquilidade, liberdade, aumento do bem-estar e um sentimento de respeito pela natureza (PAIVA, 2020).

Somado a isso, o Largo das Mercês, com sua forma e estilo diferentes das demais praças e largos de Tiradentes, torna-se um lugar único, o qual requer cuidado e preservação a fim de que continue exercendo seu papel e se mantenha vivo na história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Largo das Mercês, desde a sua origem, foi utilizado para diferentes funções. A princípio como um simples local de passagem, o largo transformou-se em um espaço para práticas religiosas, socialização, convivência e recreação, além de servir de palco para pequenas cerimônias religiosas e grandes eventos que marcaram sua história.

A ocupação espacial do largo foi um processo demorado que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Até o projeto paisagístico idealizado por Roberto Burle Marx em 1980, o Largo das Mercês não havia passado por um processo de ajardinamento previamente programado e, mesmo após a implantação do projeto, o largo manteve sua forma e sua clássica característica. Atualmente, o Largo das Mercês possui um número maior de espécies, se comparado com o que foi proposto por Burle Marx em seu projeto. Além das espécies, observamos ao longo desta pesquisa a presença de estruturas que não foram traçadas pelo paisagista e que ocasionaram na descaracterização do projeto.

Com as modificações, o largo se transformou em um espaço mais arborizado, dando a ele características que, quando contrastado às outras praças e largos de Tiradentes, torna-se um local único e diferente dos demais. Por este motivo, o Largo das Mercês merece, por parte dos órgãos competentes, ser preservado para que continue levando sua história e suas tradições às próximas gerações. Como um importante ponto turístico, ainda é digno de uma manutenção mais adequada, a fim de garantir ainda mais conforto aos frequentadores do Largo das Mercês.

REFERÊNCIAS

- [S.n]. In: **Inconfidências**. Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT), Tiradentes, 2001.
- ALVES, S. F. N. S. C.; GARCIA, C. S. G.; PAIVA, P. D. O. **História da Praça do Largo das Forras: o ponto de encontro de Tiradentes**. Lavras: Editora UFLA, 2013. v. 4. 29 p (Coleção Praças da Estrada Real. Série cidades históricas, 4).
- ALVES, S. F. N. S. C.; GARCIA, C. S. G.; PAIVA, P. D. O. Physical transformation and social appropriations of the Tiradentes square in Ouro Preto-MG. **Ornamental Horticulture**, v. 21, n. 2, p. 209-220, 2015.
- AMATO-LOURENÇO, L. *et al.* Metrópolis, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 86, p. 113–130, 2016.
- ANDRADE, I. E. Construção e desconstrução do conceito de jardim histórico. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, n. 8, p. 138-144, 2008.
- ANDRADE, R.; TERRA, C. A historiography on the gardens of Brazil. **Ornamental Horticulture**, v. 22, n. 1, p. 7-19, 2016.
- ANGELIS, B. L. D.; NETO, G. A. Jardins históricos: introduzindo a questão. **Paisagem e Ambiente**, n. 19, p. 31-48, 2004.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.
- BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP): estudo com a aplicação de geotecnologias. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 1, p. 143-156, 2012.
- BOLDRIN, K. V. F. *et al.* Quantitative inventory and analysis of the green areas in Lavras/MG and index evolution. **Ornamental Horticulture**, v. 22, n. 2, p. 138-142, 2006.
- BOLETIM DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Uma idéia: caracterizar a paisagem brasileira. In: **As novas praças de Tiradentes**. Editora: Fundação Nacional Pró Memória, 1980. Boletim do SPHAN, n. 9, nov/dez 1980. Disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com>>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- BOVO, M. C.; HAHN, F. A.; RÉ, T. M. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. **Fronteiras**, v. 18, n. 31, p. 431-456, 2016.
- BRASIL, Art. 8º, § 1º, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) Nº 369/2006. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso: 26 mai. 2021.
- CALAES, G. D.; OLIVEIRA, L. C. A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa: Programa Rumys - Projeto Estrada Real. In: CALAES, G. D.; FERREIRA, G. E. (Org.). **A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa**. Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, 2009. p. 21-45.

CAMPOS, H. R. Gentrificação na área central de Tiradentes/MG. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 69-87, 2013.

CAMPOS, H. R. Qualidade de vida e turismo: suas relações e o caso de Tiradentes/MG. **Revista Turismo: estudos e práticas**, v. 7, n. 1, 2018.

CAMPOS, H. R. **Transformações Urbanas Recentes em Tiradentes – MG: anos 80 e 90 do século XX**. 2006. 183 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2006.

CARTA DE FLORENÇA. 1981. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 3 mai. 2021.

CARTA DE JUIZ DE FORA: carta dos jardins históricos brasileiros. Juiz de Fora: IPHAN, 2010. p. 13.

CARVALHO, A. Memória toponímica de Saint-Hilaire pelo caminho velho da Estrada Real. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 185-196, jan/jul. 2010.

COMITÉ INTERNATIONAL DES JARDINS ET DES SITES HISTORIQUES (ICOMOS). **De la naissance de la notion de patrimoine mondial à la création de l'ICOMOS**. França, 2011. Disponível em: <<https://www.icomos.org/fr/a-propos-de-licomos/mission-et-vision/historique>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COMITÉ INTERNATIONAL DES JARDINS ET DES SITES HISTORIQUES (ICOMOS-IFLA). Journal scientifique : **Jardins et Sites Historiques**. In: Premier Congrès à Fontainebleu. Fontainebleu, 1989. Disponível em: <https://www.icomos.org/publications/journal_scientifique1/js1_jardins_historiques.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CONAN, M. L'invention des identités perdues. In: BERQUE, A., CONAN, M., DONADIEU, P., LASSUS, B., ROGER, A. (Eds.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994.

COSTA, A.G. As Estradas Reais para as Minas na Cartografia Histórica do Brasil: Programa Rumys - Projeto Estrada Real. In: CALAES, G. D.; FERREIRA, G. E. (Org.). **A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa**. Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, p. 7-20, 2009.

COUTTS, C.; HAHN, M. Green infrastructure, ecosystem services, and human health. **International journal of environmental research and public health**, v. 12, n. 8, p. 9768-9798, 2015.

CRUZ, L. A. **Tiradentes**. 13 nov. 2020. Entrevista concedida a Arthur Moraes Gomes.

DELPHIM, C. F. M. **Manual de intervenções em jardins históricos**. Brasília: DF. Iphan, 2005.

DORIGO, T. A.; LAMANO-FERREIRA, A. P. N. Contribuições da percepção ambiental de frequentadores sobre praças e parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 31-45, 2015.

FROTA, L. C. **Tiradentes: retrato de uma cidade**. Rio de Janeiro: Campos Gerais/Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, v. 1, p. 156. 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Tiradentes: Proposições Paisagísticas**. Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral. 1978.

GARCIA, C. S. G. *et al.* Transformations in the gardens and landscapes of the historical Traituba's farm. **Ornamental Horticulture**, v. 23, n. 1, p. 45-57, 2017.

GARCIA, C.S.G. *et al.* The historic Traituba Farm in the XIX century: cultural and economical focus of landscape transformations. **Acta Horticulturae**, p. 261-267, 2016.

GOMES, L. **Tiradentes**. 15 jan. 2021. Entrevista concedida a Arthur Moraes Gomes.

GOMES. M. H. **Tiradentes**. 12 nov. 2020. Entrevista concedida a Arthur Moraes Gomes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAGIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico – 2020**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/panorama>. Acesso em: 5 mai. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivos Projeto Praças Tiradentes**. IPHAN: Tiradentes, Minas Gerais, 2020. (Arquivo)

INSTITUTO ESTRADA REAL. **A Estrada Real**. Disponível em: <www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real>. Acesso em: 18 abr. 2021.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Roteiros Planilhados**. Disponível em: <www.institutoestrada-real.com.br/roteiros/velho>. Acesso em: 18 abr. 2021.

IPHAN. **Cidades históricas, inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes**. Rio de Janeiro: Edições Senado Federal, v.83, 2005.

JORNAL DO BRASIL. Burle Marx leva a Tiradentes o espírito de Rugendas e Debret. In: **Jornal do Brasil, Caderno B**. 3 dez. 1980. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

JUSTE, L. C.; PAIVA, P. D. O. Historic rescue of the square of the Basílica of Bom Jesus de Matosinhos at Congonhas, Minas Gerais. **Ornamental Horticulture**, v. 21, n. 1, p. 63-76, 2015.

LASSUS, B. L'obligation de l'inventio: du paysage aux ambiances successives. In: BERQUE (Dir.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994.

LUGINBÜHL, Y. Paysage et identification, qualification et objectifs de qualités. In: **PAYSAGE et développement durable: les enjeux de la convention européenne du paysage**. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 2006.

LUZ, I. C. A.; PAIVA, P. D. O. Origin and situation of some squares of railway stations. **Ornamental Horticulture**, v. 26, n. 1, p. 69-76, 2020.

- LUZ, I. C. A.; PAIVA, P. D. O; ALVES, S. F. N. S. C. Train station area gardens: the creation and evolution of Dr. José Esteves Square, in Lavras-MG. **Ornamental Horticulture**, v. 23, n. 4, p. 432-443, 2017.
- LUZ, I. C. A; PAIVA, P. D. O. Origin and situation of some squares of railway stations. **Ornamental Horticulture**, v. 26, p. 69-76, 2020.
- MACEDO, S.; ROBBA, F. **Praças Brasileiras**, editora PUBLIFOLHA. São Paulo, 2010.
- MAGALHÃES, C. M. Delícias Esquecidas. In: **Correio Braziliense**. (Programa de rádio ou TV/Entrevista), Brasília, v. 17, setembro/2015.
- MAGALHÃES, C. M. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda**. 2015. 414 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2015.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Brasília. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso: 26 mai. 2021.
- MUNDIM, A. S. *et al.* Origem, evolução histórica e paisagística da Praça dos Expedicionários, São João Del Rei-MG. **Ornamental Horticulture**, v. 23, n. 4, p. 460-467, 2017.
- MUYLAERT, C. J. et al. Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 184-189, 2014.
- NEVES, C. O.; CASTRO, M. L. A. C. Mostra de Cinema de Tiradentes: a arquitetura efêmera como protagonista da identidade contemporânea. **Caderno Virtual**, v. 20, n. 1, 2020.
- OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.
- PAIVA, P. D. O. Garden studies. **Ornamental Horticulture**. v. 26, p. 7-7, 2020.
- PAIVA, P. D. O.; SOUSA, R.B.; CARCAUD, N. Flowers and gardens on the context and tourism potential. **Ornamental Horticulture**, v. 26, p. 121-133, 2020.
- PAIVA, P. D. O; SOUSA, R. B.; ALVES, S. F. N. S. C. Patchwork quilt: A methodology proposed for the study of historic gardens. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 62, p. 127-169, 2021.
- PASTORE, J. B.; PAIVA, P. D. O. In order to translate “Paisagismo”. **Ornamental Horticulture**, v. 26, n. 4, p. 534-536, 2020.
- PELEGRINI FILHO, A. **Turismo em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada**. Editora: Manole, v. 1, 188 p. 2000.
- PEREZ, L. F. **Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil**. Porto Alegre, Medianiz, 2011.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 97-105, 1996.

RUPPRECHT, C. D. *et al.* 'It's real, not fake like a park': Residents' perception and use of informal urban green-space in Brisbane, Australia and Sapporo, Japan. **Landscape and Urban Planning**, v. 143, p. 205-218, 2015.

SALGADO, M. C. R. *et al.* Perfil e comportamento de usuários de espaço verde em cidade de pequeno porte. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 58, p. 114-128, 2020.

SANTOS FILHO, O. R. **Tiradentes: monumentos preservados**. Tiradentes, Minas Gerais: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, 2015.

SANTOS FILHO, O.R. **A Matriz de Santo Antônio em Tiradentes**. Brasília: DF. Iphan, 2010.

SANTOS FILHO, O.R. **Tiradentes**. 13 nov. 2020. Entrevista concedida a Arthur Moraes Gomes.

SANTOS FILHO, O. R. Festa do Bom Jesus da Pobreza e de Nossa Senhora das Mercês. In: **Inconfidências**. Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT), Tiradentes, setembro/1996.

SCHIPPERIJN, J. *et al.* Factors influencing the use of green space: Results from a Danish national representative survey. **Landscape and urban planning**, v. 95, n. 3, p. 130-137, 2010.

SILVA, E. R. **As transformações socioespaciais da cidade de Tiradentes (MG) em função da emergência do turismo: um olhar possível para as décadas de 1970 a 1990**. 2017. 350 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. 2017.

SILVA, R. B. A.; MAGAGNIN, R. C.; CASTRO, M. S. G. F. Qualidade espacial no entorno de praças: o caso da Praça São Bento, em Marília-SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 7, n. 47, 2019.

SOUSA, R.B. *et al.* Historical, cultural and landscaped gardens rescue of Serro, Minas Gerais, Brazil. **Acta Horticulturae**, v. 1, p. 437-442, 2018.

TAUNAY, A. E. **São Paulo nos primeiros anos. 1554-1601 São Paulo no século XVI**. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 2003.

TEIXEIRA, A; ANDRADE, N.; ALVES, S. F. N. S. C. Historical rescue of Dr. Salatiel square: the garden of the Cachaça's Largo São João del-Rei, Minas Gerais State, Brazil (1). **Ornamental Horticulture**, v. 24, n. 1, p. 34-43, 2018.

TREITLER, S. M. A importância dos jardins históricos e a restauração de um jardim de Burle Marx. **Ornamental Horticulture**, v. 16, n. 1, 2010.